



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 09/IX-4º/2009

- 1 - Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações nas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Almada, sitas na Rua Cândido Capilé nº 13, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Abril, com a seguinte agenda:-----
 - 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
 - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Documentos de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008".-----
 - 3.2.1 - Relatório e Conta de Gerência de 2008 e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município.-----
 - 3.2.2 - Relatório e Conta de Gerência de 2008 dos SMAS.-----
 - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
 - 3.3.1 - "1ª Revisão Orçamental do Município".-----
 - 3.3.2 - "1ª Revisão Orçamental dos SMAS Almada 2009".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes quarenta e três eleitos na reunião, (não foi substituído o Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José Manuel Pereira; José Mário Castelhana



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ferreira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Francisca Luís Baptista Parreira;-----

4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

4.1 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Susana Duarte, moradora na Rua Elias Garcia, nº 92, 4º Esq. - 2800-277 Almada.-----

4.1.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Susana Duarte:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu estou aqui na qualidade de porta-voz dos moradores dos números 88, 90 e 92 da Rua Elias Garcia, da Freguesia de Cacilhas e o assunto que nos trás aqui prende-se com o Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz. Nós tomamos conhecimento no dia vinte de Abril de 2009 de que estava para consulta pública na Junta de Freguesia de Cacilhas um Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz no qual consta a demolição de três prédios de habitação incluindo garagens e lojas. Face a esta situação os condomínios não podem deixar de apresentar aqui a esta Assembleia a sua estranheza e indignação pela forma como um assunto desta natureza é exposto sem consulta prévia dos interessados. Neste sentido pretendemos obter um esclarecimento junto deste órgão competente para nos elucidar sobre quais as reais intenções da Autarquia em relação a este projecto, nomeadamente pretendemos saber se está ou não prevista a demolição dos prédios dos números 88, 90 e 92 da Rua Elias Garcia, se sim qual a razão para tal e quais os prazos para a sua execução. E por fim que alternativas existem para esta situação."-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Múncipe Carlos Martins, morador na Rua Bernardo Francisco da Costa, 74, 4º Dtº. - 2800-030 Almada.-----

4.2.1 - O Exm.^o Senhor Múncipe Carlos Martins:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O que me traz aqui é uma coisa muito simples, na Praça da Liberdade junto ao Fórum existe uma escada, essa escada é ampla e não tem nenhuma protecção, eu pessoalmente já cai lá duas vezes e por isso eu apresento a esta Assembleia e pergunto qual a razão porque ainda não foi colocado defesas nessas escadas.-----

Outro assunto que queria apresentar era saber qual a razão que as caixas da electricidade continuam muito sujas e se essa responsabilidade da conservação e limpeza é da Câmara ou se é da EDP. Há ruas cujas caixas estão podres. Por isso agradecia uma resposta sobre este assunto."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.3 – Usaram da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.ª Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais Odete Alexandre; Miguel Salvado; Helena Oliveira; António Malcata; Hernâni Magalhães; Miguel Salvado.-----

4.3.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu queria tranquilizar a nossa Munícipe Susana Duarte porque não temos qualquer plano elaborado para a Quinta do Almaraz. O que temos é um estudo de enquadramento estratégico que foi naturalmente objecto de participação pública, discussão. É um estudo a partir do qual se inicia o Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz, portanto também ele será objecto de participação de toda a população através de fóruns de participação que oportunamente terão lugar e portanto podemos dizer que esse processo ainda não está iniciado, de modo que quanto às suas preocupações, eu registei o que aqui trouxe. Mas não há nenhuma decisão relativamente àquilo que aqui apresentou. Sugeria que acompanhasse com toda a pertinência porque tem preocupações, também mora na zona e o que nós desejamos é que as populações acompanhem a elaboração destes instrumentos de planeamento porque é a partir deles que se vai determinar o futuro das diferentes áreas da cidade. Mas queria tranquiliza-la, não há decisão absolutamente nenhuma, nem sequer o plano ainda está em fase de poder passar a projecto de plano e a discussão pública.-----

Relativamente à questão que é trazida pelo Sr. Carlos Martins queria dizer que esta questão das escadas, daquele conjunto de escadas junto ao Fórum Romeu Correia é uma questão que está equacionada, que foram dadas indicações aos técnicos autores, nomeadamente ao técnico autor deste projecto para estudar uma solução que devidamente integrada naquele conjunto, que respeite obviamente a harmonia do conjunto, mas que constitua um suporte de apoio às pessoas que ali passam e que naturalmente precisam de ter algum apoio na descida daquelas escadas, isto tem sido uma situação já colocada por várias pessoas.-----

Quanto às caixas da EDP, de facto é uma responsabilidade da EDP, é uma questão que tem vindo a ser falada, mas fica aqui também a sua preocupação com a qual comungamos e vamos continuar naturalmente a fazer diligências para que as caixas sejam substituídas porque de facto há caixas danificadas não só em estado de avançada degradação com as ferrugens, mas também danificadas. É um assunto que merece toda a atenção porque desfeia a Cidade e naturalmente dá uma imagem de desmazelo que ninguém de nós gosta. Muito obrigada também pela sua colaboração."-----

4.3.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Apenas uma palavra de saudação aos munícipes de Cacilhas que estão aqui na sala e que vieram realmente expor as suas preocupações com as quais nós estamos solidários. Nós sabemos que de facto não se trata ainda de um plano para ser concretizado, mas são hipóteses que estão em discussão e que estão em apresentação pública, e é natural que as pessoas tenham essas grandes preocupações e que venham aqui expressá-las. Já na última Assembleia de Freguesia de Cacilhas as pessoas manifestaram essa sua preocupação e consideramos que é justo e pertinente terem vindo aqui apresentar essa sua vontade de mostrar uma opinião sobre o futuro que está previsto para uma zona tão importante do nosso Concelho."-----

4.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Também pedi a palavra para falar neste ponto por causa disto do Almaraz, eu também estive a ver o ante-projecto, isto foi um assunto já bastante debatido na última Assembleia de Freguesia de Cacilhas, eu só gostaria de deixar aqui que a posição do PSD é a mesma que já manifestámos na Assembleia de Freguesia, de solidariedade e achamos que é um projecto demasiado importante para a Freguesia de Cacilhas e que deve ser feito obviamente ouvindo todas as partes e ouvindo todas as pessoas envolvidas, os moradores, os eleitos, os cacilhenses em geral e também os almadenses, porque aquilo também é uma zona limite da Freguesia de Cacilhas e da Freguesia de Almada. O que eu gostaria apenas de dizer é, nós na próxima Assembleia de Freguesia do dia 04 de Maio, em nome do PSD vamos propor a realização de uma Assembleia extraordinária apenas para este assunto, obviamente que é uma proposta e essa proposta terá que ser aprovada ou não, mas sendo aprovada a proposta da realização de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária só para debater este assunto vamos também convidar o Sr. Vereador da Câmara e os técnicos da Câmara para que nos possam também lá ir explicar a visão deles do projecto e para poderem debater com a população, porque achamos que a Assembleia de Freguesia deve ser um espaço de diálogo entre os eleitos e as pessoas interessadas, e obviamente se a proposta for aceite depois será comunicada à população, qual o dia e o local que provavelmente será na zona da Quinta do Almaraz até para facilitar o acesso a todos."-----

4.3.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Não é costume nesta Assembleia Municipal os Deputados falarem no período do público, acontece que ultimamente tal tem começado a ser um hábito, e este assunto que está neste momento a ser comentado pelas outras bancadas merece também algum comentário pela



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

parte do Bloco de Esquerda. Dizer em primeiro lugar que agradecemos a informação que a Sr.^a Presidente deu, porque realmente parece que nesta Autarquia a única pessoa que sabe o que é que se passa aqui é a Sr.^a Presidente. Na Assembleia de Freguesia de Cacilhas onde este problema foi levantado pelos moradores ninguém nem do Executivo da Junta, nem da Assembleia de Freguesia incluindo o Sr. Presidente sabia o que é que se estava a passar. Remeteram tudo para a Câmara Municipal. Mais, tanto o Presidente da Junta como o Presidente da Assembleia de Freguesia que tinham conhecimento de que estava em consulta pública, na Junta de Freguesia naquelas instalações o processo do estudo de enquadramento da Quinta do Almaraz, nem se dignaram dar informação às outras pessoas e aos outros autarcas eleitos da Assembleia de Freguesia. Portanto o Bloco de Esquerda foi apanhado de surpresa naquela reunião com a presença de não sei quantos moradores, mais de vinte, coisa que não é habitual na Assembleia de Freguesia de Cacilhas e desde já faço um apelo às pessoas de Cacilhas que aqui estão, que passem a ir àquelas Assembleias de Freguesia porque elas são todas muito dinâmicas e muito sui generis e começam a perceber o que é que se passa na Assembleia de Freguesia de Cacilhas. O Bloco de Esquerda dois dias depois da Assembleia de Freguesia ter acontecido já tinha ido ao local, já tirou fotografias, já se documentou e já tinha informação suficiente para dar aos munícipes idêntica àquela que a Sr.^a Presidente acabou de dar aqui. Se a Sr.^a Presidente não tivesse dado podem ter a certeza absoluta que o Bloco de Esquerda a teria dado, em tempo útil e antes da próxima Assembleia de Freguesia que está marcada para o próximo dia 05 de Maio."-----

4.3.5 - O Sr. Deputado Municipal António Malcata:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Ouve aqui duas intervenções que acho das coisas, desculpem, das coisas mais disparatadas que eu já ouvi desde que ando na vida autárquica.-----
Recebemos um documento da Câmara Municipal comunicando: determinar nos termos de um artigo a elaboração do Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz. Depois focando os artigos diz assim: este Plano que viram está nas instalações dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Almada e na Junta de Freguesia de Cacilhas. Ora, nós verificando que era um assunto de real importância para a Junta de Freguesia, em vez de colocarmos o Edital simplesmente na montra onde é normal para todos os Editais, o que é que nós fizemos? Fizemos uma referência especial dizendo em letras maiores, estava em consulta na Junta de Freguesia de Cacilhas este documento que foi facultado a quem quis. Depois houve aqui uma intervenção do Miguel Salvado que é o Presidente da Assembleia de Freguesia, e quando se deu o início o Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra, o Presidente da Junta de Freguesia passou-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

me a palavra para mim porque eu estou lá a meio tempo e quase o tempo inteiro, e eu expliquei às pessoas da Quinta do Almaraz a leitura que eu fiz dos documentos que estavam em exposição para as pessoas verem. Onde foi explicado com mapas etc., tudo o que se estava ali a passar. Agora quero fazer um realce, ninguém do PS foi consultar os documentos na Junta de Freguesia e também do Bloco de Esquerda, porque só hoje é que um elemento da Assembleia de Freguesia é que foi à Junta de Freguesia consultar os documentos. Portanto, é preciso ter muito cuidado quando diz que as Assembleias são dinâmicas, pois são e não fica sem resposta. E há uma coisa, nós a Junta de Freguesia cumpriu o seu dever, foi publicar e os cidadãos foram consultar e nesse dia recebi eu sete cidadãos de Cacilhas onde me sentei à mesa, mostramos os mapas dos dois cadernos que estão lá e as pessoas inteiraram-se e algumas pessoas que estavam alarmadas, porque na Assembleia também foi aproveitado não para apaziguar a pessoas mais sim para alarmar os ânimos, porque houve palavras que foram ditas por um membro do Bloco de Esquerda que estava chocada, estava chocada mas devia primeiro consultar os documentos como o fez hoje. Nós explicamos aos moradores da Quinta do Almaraz o que se estava a passar e as pessoas que saíram de lá, e disseram: estou muito satisfeita e agradecemos a paciência que o Sr. teve etc., e foram-se embora. Os elementos do PS não consultaram os documentos, nem o Bloco de Esquerda consultou os documentos."-----

4.3.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Presidente, eu não sei se aqui é o lugar próprio para a Junta de Freguesia de Cacilhas vir fazer queixinhas de que nós não consultamos os documentos que a Junta tem em seu poder, mas de facto é interessante porque no dia da Assembleia referido, a Junta não estava suficientemente esclarecida para poder esclarecer os Munícipes que lá estiveram. Portanto, se os tinham lá não os devem ter lido então. Isso para mim parece-me bastante mais, esta minha chamada de atenção evitava-se por acaso não viessem aqui palavras tão desagradáveis como dizer que ao longo da sua vida política nunca tinha visto coisa tão desacertada. Eu o que acho desacertado é as pessoas terem os documentos e não saberem o que lá têm."-----

4.3.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a lavar roupa suja? Mas era importante esclarecer que a Deputada do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia de Cacilhas, mal a reunião acabou chegou a casa e endereçou uma carta à Junta de Freguesia de Cacilhas pedindo para consultar os documentos, a resposta chegou tarde e a Deputada foi lá hoje, mas antes de ter lá ido já tinha estado com os moradores, já tinha ido ao sítio, já tinha visto tudo e na Assembleia de Freguesia de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cacilhas é preciso muitas coisas que os Srs. Deputados da Assembleia Municipal não sabem. Na Junta de Freguesia de Cacilhas é preciso muitas coisas. E depois só dizer que sendo verdade aquilo que este Sr. Deputado acabou de dizer em relação à maneira como as pessoas foram informadas na Assembleia de Freguesia e posteriormente a Assembleia de Freguesia, sendo isso verdade, eu não consigo perceber como é que as pessoas continuam preocupadas sem saber o que é que está a acontecer. Como é que as pessoas pensam que precisam de vir aqui pedir explicações, não percebo."-----

4.3.8 - O Sr. Deputado Municipal Hernâni Magalhães:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É para fazer uma afirmação e depois pedir a confirmação. Eu penso que existiram já alguns fóruns específicos sobre a Quinta do Almaraz, penso. E portanto pedia à Sr.^a Presidente se existiram ou não, onde já foram discutidas algumas questões do que se pensa poder vir a ser o Plano, gostaria que a Sr.^a Presidente nos pudesse esclarecer pessoalmente sobre o assunto.---

4.3.9 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu gostaria de dizer aqui uma coisa à eleita do Bloco de Esquerda, conhecer o que se passa na Assembleia de Freguesia de Cacilhas também é necessário ir lá e assistir às Sessões."-----

4.3.10 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não gostava de assumir o papel de Conselheira, mas atrevo-me a aconselhar alguma tranquilidade, nós caminhamos para um período conturbado de muitas eleições à vista, eleições para o Parlamento Europeu, eleições para a Assembleia da República, eleições para o Poder Local Democrático, e é natural que as coisas comecem a estar muito à flor da pele e que as pessoas também possam naturalmente ter encaminhamentos menos de acordo com o que vem sendo corrente ao longo dos anos. Bom, o que é que eu queria dizer? Existe no nosso Município um trabalho de planeamento que é o planeamento estratégico e o planeamento estratégico incidu sobre a Quinta do Almaraz e foi um trabalho que decorreu durante largo tempo com vários fóruns de participação pública e portanto definiu-se a estratégia para a área de intervenção na Quinta do Almaraz e toda a zona Ribeirinha de Cacilhas. Este é o documento base, com este documento definiram-se quais os projectos motor para aquele território, quais os usos dominantes que se deveriam eleger para aquele território em termos genéricos sem propriamente processo de definição em termos de ordenamento do território. Esse trabalho foi concluído, foi aprovado pela Câmara Municipal. Temos ali a ideia das artes, do turismo, da cultura, enfim várias áreas de desenvolvimento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para aquele território. De acordo com as Leis que definem as metodologias a obedecer ao nível dos processos de planeamento, o que é que está definido na Lei? É necessário para iniciar um processo de elaboração de um plano, primeiro definirem-se os termos de referência, não há ainda nenhum ante-projecto, não é nada disso. O que aqui foi dito não corresponde àquilo que temos neste momento a decorrer. Portanto há termos de referência que têm que ser divulgados, publicitados durante um determinado tempo, tem que ser feita a audição pública às pessoas, os cidadãos são solicitados a tomarem conhecimento a pronunciarem-se, mas este é primeiro momento. A partir da audição pública, decorrida a fase em que os termos de referência são conhecidos de todos começa o processo de elaboração do Plano que naturalmente aí sim se inicia toda a abordagem ao território no sentido de se definir o que é que vai ficar no território físico em concreto. Ora bem, o que foi feito foi de facto a aprovação dos termos de referência, nós temos por prática mandar para todas as Juntas de Freguesia, para que as Freguesias também exponham em termos de Editais, divulgam, mandamos para jornais, etc.. Divulgamos amplamente que está em audição pública os termos de referência, mas não ignoramos as Freguesias da área de influência, não é a Junta de Freguesia que sabe explicar etc., porque basta uma leitura para perceber o que lá está, basta uma leitura, não é preciso nenhuma explicação técnica. isto foi colocado à Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia com todo o interesse, com toda a atenção pelas pessoas contactou o vereador José Gonçalves que marcou uma reunião para amanhã com todas as pessoas afim de dar os esclarecimentos que as pessoas parecem precisarem. Isso está marcado, portanto eu aconselho muita tranquilidade, vamos viver um período que tudo está à flor da pele, isto não ajuda, nós precisamos de continuar a trabalhar, a construir o nosso Concelho, a construir soluções com as populações para o futuro do nosso Concelho e portanto aconselhava muita tranquilidade, muita calma e evitar naturalmente manobras que não ajudam nada a construção do quotidiano e do futuro da nossa terra."-----

4.4 - Foi encerrado o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal André Vieira Pinharanda Delgado, com Ausência nos dias 28 e 29 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Ruben José Martins Raposo, com Ausência no dia 28 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A Sr.^a Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves, com Ausência no dia 28 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO III**).
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência no dia 28 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).
- O Sr. Deputado Municipal Caetano da Conceição Rolo, com Ausência no dia 28 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO V**).
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 28 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO VI**).
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO VII**).

5.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Exm.^o Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. André Vieira Pinharanda Delgado, e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, (**Conforme ANEXO VIII e IX**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.^a Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa e por impedimento do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme ANEXO X**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Ruben José de Almeida Martins Raposo e por impedimento do cidadão Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, (**Conforme ANEXO XI e XII**).
- A Candidata Exm.^a Sr.^a Laura Valadas Davide, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.^a Maria José Bruno Esteves e por impedimento dos cidadãos Sr.^a Inês Sofia Sanches Alexandre e Sr. Quitério Reis Pereira, (**Conforme ANEXO XIII, XIV e XV**).
- O Candidato Exm.^o Sr. Vasco Manuel Gonçalves Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79^o, da Lei n^o 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n^o 5-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, (**Conforme ANEXO XVI**).-----
- A Candidata Exm.^a Sr.^a Maria da Glória Almeida Figueiredo Pedroso, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Caetano da Conceição Rolo e por impedimento do cidadão Sr. Ricardo Filipe Germaninho Dias, (**Conforme ANEXO XVII e XVIII**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Augusto Miguel Patraquim Oliveira do Rosário, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, (**Conforme ANEXO XIX**).-----
- 5.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Cacilhas, de Caparica, da Costa de Caparica e do Laranjeiro em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. António Malcata Paixão Farinha, o Sr. João Paulo Santos Correia Oliveira, o Sr. Manuel José basto Pereira da Fonseca e a Sr.^a Maria dos Santos Batista, respectivamente, (**Conforme ANEXO XX, XXI, XXII e XXIII**).-----
- 5.4 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais do Registo de Entradas do nº 598/IX-4º ao nº 881/IX-4º (de 23 de Fev. a 23 de Abril); do Registo de Ofícios Enviados do nº 240/IX-4º ao nº 415/IX-4º (de 23 de Fev. a 22 de Abril); da Súmula Nº 05/IX-4º/2008-09 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); deu-se nota do resumo de e-mail recebido (de 03/01/2009 a 02/04/2009 = 179) e enviado (de 08/01/2009 a 03/04/2009 = 897) pela Assembleia Municipal (**ANEXOS XXIV e XXV**), e das Actas N.ºs 05/IX-4º/2009 e 06/IX-4º/2009 e as Minutas das Actas N.ºs 05/IX-4º/2009; 06/IX-4º/2009, para posterior aprovação e ratificação.-----
- 5.5 - Para apresentarem dois Votos de Pesar, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Mendes (apresentando um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gonçalves); Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Celeste Amorim), e os Srs. Deputados Municipais Odete Alexandre e Miguel Salvado para uma declaração.-----
- 5.5.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gonçalves -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Manuel Gonçalves, homem solidário, convicto democrata e reconhecido associativista no Concelho de Almada, faleceu aos 86 anos, no dia 10 de Março de 2009.-----
Era o Sócio Nº 84 da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República. Foi Deputado da Assembleia da República na primeira Legislatura, eleito pelo PCP.-----
Fez parte das listas da CDU para a Assembleia de Freguesia de Almada.-----
Foi trabalhador da Companhia Carris de Lisboa, de onde se reformou em 1976, tendo sido membro fundador da 1ª Comissão Unitária Sindical dos Trabalhadores da Carris - CUST.-----
Participou activamente nas diversas lutas dos trabalhadores da Carris, destacando-se desde antes do 25 de Abril de 1974, nomeadamente em 1968 na "Greve da Mala".-----
Participou na criação da Comissão de Reformados da Carris.-----
Fez parte da Comissão Instaladora da Inter Reformados Nacional, organização em que participou activamente até Novembro de 2008.-----
Associativista reconhecido e muito prestigiado no Concelho de Almada, foi co-fundador, em Janeiro de 1978, do Clube de Ornitologia Almadense, Clube muito prestigiado a nível nacional, ocupando vários cargos dirigentes entre os quais os de Presidente da Direcção e da Assembleia Geral.-----
Assim, neste momento de luto e de sentimento de perda, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de Abril de 2009, vem por esta forma expressar o seu profundo pesar e manifestar à Família enlutada as mais sentidas condolências."-----

5.5.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Voto de Pesar pelo falecimento de Celeste Amorim -----
No passado dia 10 de Março de manhã a notícia brutal e inesperada correu perante surpresa e emoção de quem a ouvia.-----
Celeste Amorim tinha falecido nessa madrugada acometida de doença súbita.-----
Mas como?-----
Na véspera tinha reunido no executivo da Junta, e para muitos residentes em Cacilhas, sobretudo mulheres, a última imagem é ela a distribuir flores no dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher.-----
Por amor, Celeste Amorim veio viver para Almada há 32 anos e logo se inseriu no trabalho local. Exerceu vários mandatos na Freguesia de Cacilhas eleita pelas listas da CDU.-----
Celeste Amorim nasceu em 1938 em Lisboa onde viveu e estudou. Ainda muito jovem, acompanhando seu pai, professor de liceu e maestro, foi viver para Torres Vedras iniciando-se numa intensa actividade cultural, nomeadamente na direcção do Cine - Clube local até este ser



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

encerrado por ordem do Governador Civil que, à boa maneira da época, considerava as actividades culturais, de actividades subversivas.-----

Muito cedo se apercebeu da importância que o acesso à cultura e ao conhecimento tem na libertação do ser humano.-----

Celeste Amorim aderiu ao PCP em 1961 e a partir daí desenvolveu uma intensa actividade política a par do grande envolvimento nas questões culturais. Também em 1961 integrou o Coro Lopes Graça onde se manteve até ao fim da sua vida. É neste quadro que conjuntamente com Michel Giacometti percorre o país na recolha da música tradicional portuguesa.-----

Até ao 25 de Abril de 1974 participou activamente, com outros democratas antifascistas nas lutas travadas pela CDE contra a ditadura, enfrentando com determinação e coragem os perigos de um regime que não hesitava em aniquilar quem lhe resistisse.-----

Celeste Amorim integrou o quadro de funcionários do PCP entre 1974 e 1978, foi responsável política em organismos de actividade intelectual. Membro da direcção do sector de Artes e Letras e da direcção do sector intelectual da Organização Regional de Lisboa. Foi dirigente sindical.-----

As qualidades humanas da Celeste sobressaiam quando, mesmo perante os adversários políticos, sabia respeitar as diferenças de opinião de forma elevada, não havendo lugar para o ódio, mesquinhe e insulto, o que lhe granjeou prestígio e muita consideração em vastos sectores da sociedade.-----

A Celeste cultivou amizades sinceras e duradouras.-----

A vida da Celeste Amorim, a sua camaradagem, militância, consciência, o seu talento, a sua voz que acrescentou beleza e harmonia ao magnífico Coro Lopes Graça, o seu sorriso belo, porque terno, solidário e fraterno ficará para sempre nas nossas memórias e corações.-----

Muito mais se poderia evocar sobre Celeste Amorim neste voto de pesar. Mas o que de verdadeiramente essencial fica da vida desta Mulher é o exemplo e o estímulo para continuar a lutar, com ética e firmeza, pelos valores da justiça social, isto é, pelos valores do 25 de Abril.----

E assim, e como diz a canção "Havemos de chegar ao fim da estrada", a Assembleia Municipal de Almada reunida na Sessão Ordinária do dia 28 de Abril de 2009, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Celeste Amorim e envia ao seu marido, filhos e restante família, as suas mais sentidas condolências."-----

5.5.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Fui das pessoas que pude contactar diversas vezes com a Celeste Amorim e as palavras que a Luísa Ramos leu, eu subscrevo-as integralmente. De facto a Celeste era uma senhora, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Celeste era uma alma diferente, era uma pessoa que merecia o respeito de toda a gente e portanto somos solidários neste Voto de Pesar."-----

5.5.4 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gostaria também de me associar pessoalmente e em nome também da bancada do PSD a este voto de Pesar, principalmente a este, era uma pessoa que conhecia muito bem, de quem gostava bastante e sinceramente e digo isto de coração aberto porque no dia que soube da morte, também tinha estado dois dias antes a conversar com ela e há aqui uma frase que fala muito dela e curiosamente é uma coisa que eu nunca me vou esquecer, que é a parte do sorriso, o seu sorriso belo, e é verdade porque eu por acaso fui uma pessoa que sempre gostei desde o início e desde que entrei nestas actividades, foi uma pessoa com quem sempre falei e com quem sempre tive um carinho muito grande e são estas pessoas que nos fazem ver que apesar de termos posições políticas diferentes podemos ter relações pessoais boas, fraternas e sentir mesmo amizade por pessoas que muitas vezes discordamos e a Celeste era uma dessas pessoas. Foi uma pessoa que me marcou bastante e gostei muito de a conhecer e sei perfeitamente que todas as pessoas que viviam com ela tinham provavelmente a mesma opinião que eu e como tal também gostaria de me associar a este Voto de Pesar."-----

5.6 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.-----

5.6.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gonçalves, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes, foi aprovado por unanimidade.-----

5.6.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Celeste Amorim, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.-----

5.6.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem.-----

5.7 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Dia Mundial da Água); Helder Viegas (apresentando Moção/Deliberação sobre 70 Anos do Arsenal do Alfeite); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre a Radiação das Linhas Eléctricas de Muito Alta Tensão e Moção/Saudação sobre 1º de Maio); Vasco Gonçalves Martins (apresentando Moção/Deliberação Assinalando o Dia 1º de Maio); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre Taxa de Recursos Hídricos); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação sobre a Lei dos "Conselhos Municipais de Juventude"); Odete Alexandre (apresentando Moção/Saudação A Telma Monteiro); Amadeu Vaz (apresentando Moção/Deliberação sobre Turismo); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação sobre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sim ao fim do sigilo bancário aprovado na Assembleia da República, e Moção sobre Incentivar a participação activa dos almadenses no processo de Revisão do PDM - Almada, desde o seu início); Helena Oliveira (apresentando Moção sobre A Democracia Local em Almada e Moção sobre Ainda a Situação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada); Henrique Margarido (apresentando Moção sobre Medidas Sociais de Apoio aos Desempregados); Nuno Matias; Jorge Pedroso de Almeida; Amadeu Vaz; Ana Margarida Lourenço; Helena Oliveira; Bruno Dias; Sérgio Taipas e António Mendonça Mendes.-----

5.7.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Comemorou-se, no passado dia 22 de Março, o Dia Mundial da Água, tendo no ano de 2009 como lema lançado pela Organização das Nações Unidas "Águas Partilhadas, Oportunidades Partilhadas".-----

O lema do ano de 2009, surge-nos à partida, como uma verdade inquestionável, uma frase que se encerra em si mesma. No entanto, basta reflectirmos um pouco para verificarmos que assim não o é. Existem, actualmente, no nosso Planeta 1100 milhões de pessoas que não têm acesso a água potável. e mais de 2600 milhões de pessoas que não beneficiam ainda de infra-estruturas sanitárias. Estes números, que revelam uma realidade cruel do nosso mundo, tornam-se ainda mais assustadores perante a previsão das Nações Unidas de poderem vir a duplicar nos próximos 30 anos.-----

Se deixarmos esta visão global para trás para nos aproximarmos do nosso contexto europeu e nacional constatamos então, que também aqui, no velho continente existem razões para preocupação. A política governativa da água no nosso país, assente no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASARII) aponta objectivos que consubstanciam um ataque profundo ao serviço público da água.-----

No entanto, a água é por todos reconhecida como o suporte de todas as formas de vida que existem no nosso Planeta, como um factor essencial aos processos naturais e uma componente estruturante da habitabilidade dos territórios e do seu desenvolvimento. Todos reconhecemos que a água é um elemento essencial à vida, à saúde e indispensável a qualquer actividade humana seja do ponto de vista biológico, social ou económico.-----

Torna-se então também premente encarar o acesso à água como um direito à vida, como um direito humano fundamental que deve ser assegurado a todos independentemente da condição social e económica.-----

Neste sentido a aplicação directa do lema de 2009 é manifestamente expressiva na Península de Setúbal, onde os Municípios que incorporam este território partilham o Aquífero Tejo-Sado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no abastecimento de água às populações dos seus Concelhos. Aquífero que importa defender visto estar já reconhecido pela comunidade científica que a Bacia cenozóica do Baixo Tejo "constitui pela sua dimensão, situação geográfica, produtividade aquífera e qualidade das águas a bacia hidrográfica mais importante de Portugal".-----

Os Municípios de Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal constituíram recentemente a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA) porque estão conscientes desta necessidade de partilha, de gestão integrada, e porque consideram que a concretização do direito à água é indissociável da sua consagração como um bem público. A AIA, criada com o objectivo central de constituir um sistema em alta que promova a Gestão Pública Intermunicipal pretende gerar uma economia de escala promovendo gestão integrada e racional deste recurso na nossa região.-----

Desta forma, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de Abril de 2009, delibera:-----

- 1º Proclamar o acesso à água como um direito à vida, como um direito humano fundamental que deve ser assegurado a todos, independentemente da condição social e económica;----
- 2º Exigir ao Governo que a água seja encarada como um bem público, garantindo o carácter público na sua propriedade e gestão;-----
- 3º Saudar a constituição da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal - AIA -, reafirmando o empenho na defesa do carácter público da água."-----

5.7.2 - O Sr. Deputado Municipal Helder Viegas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Saudação -----

70 Anos do Arsenal do Alfeite -----

Estamos no limiar dos 70 anos de existência do Arsenal do Alfeite, um estaleiro naval que faz parte do presente e que tem lugar na História da Indústria Naval Portuguesa.-----

É um rico e valioso património público, guarda-jóias de saberes e de experiências profissionais. Baluarte da classe operária, demonstrado pelas lutas dos trabalhadores antes e depois do 25 de Abril de 1974.-----

Certo é, que não se pode nem se deve viver só de memórias.-----

Mas a História é feita de vivências de facto, de experiências, lições e ensinamentos, razões porque se torna importante não esquecer o passado e dele saber reter os melhores exemplos vividos, por forma a sermos capazes de combater as mafeitorias, construir um futuro melhor para o País, para o povo e em particular para quem vive do trabalho.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não podemos esquecer que foi entre Abril de 1974 e Abril de 1976, que os trabalhadores deram o seu honroso e nobre contributo através da acção e da luta, em ordem a garantir na Constituição da República Portuguesa os seus direitos fundamentais e onde os Arsenalistas, com a sua participação activa, se podem orgulhosamente rever.-----

Da presente ofensiva não se livraram os trabalhadores do Arsenal do Alfeite que, arcando com as negras medidas do Governo, estão confrontados com a já anunciada extinção do AA, enquanto Estabelecimento Fabril das Forças Armadas, para dar lugar a uma coisa que ainda não se sabe bem o que será, mas que se designa por Sociedade Anónima.-----

Mas os trabalhadores e as suas organizações de classe mostram que não se resignam.-----

Têm razões suficientes para comemorar esta histórica data os trabalhadores deste país, mas em particular centenas de arsenalistas que, ao longo dessa “noite escura” da nossa história colectiva, deram a vida e lutaram pelos direitos de quem trabalha e por melhores condições de vida.-----

Os actuais trabalhadores do Arsenal do Alfeite já deram provas de serem dignos sucessores dos operários do Arsenal de Marinha, situado na altura em Lisboa, e que participaram e desenvolveram as lutas pelos ideais de liberdade, antecessoras das grandes lutas do movimento sindical unitário, com o objectivo de reivindicar melhores condições laborais, salariais e de vida.-----

Saíram das fileiras do operariado do Arsenal, dirigentes que lutaram e organizaram a luta contra o regime fascista de Salazar e Caetano, pela liberdade, e por uma vida de trabalho com dignidade.-----

Nos últimos tempos os trabalhadores são confrontados com o desvirtuar do espírito de Abril, verificando que um governo, dito socialista, toma a iniciativa de alterar radicalmente o Arsenal do Alfeite não tendo em consideração o princípio básico da Democracia: que é a de ouvir a opinião dos trabalhadores quanto ao seu futuro e ao futuro da organização. Atitudes destas são o espelho do que se tornou a democracia em Portugal.-----

O futuro é difícil, mas os Arsenalistas demonstram diariamente que encarnam os ideais e a luta das anteriores gerações, tomando a missão de transmitir esse espírito aos mais novos para todos juntos, em unidade, lutarem contra as medidas lesivas impostas ao estaleiro e exigirem um Arsenal do Alfeite Público ao Serviço da Marinha, do País e dos Trabalhadores.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 28 de Abril de 2009 delibera:-----

1º Saudar o septuagésimo aniversário do Arsenal do Alfeite enquanto motor de desenvolvimento de grande relevância para o Concelho de Almada e para Portugal;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2º Saudar os trabalhadores do Arsenal, manifestando-lhes solidariedade na luta contra a extinção dos seus postos de trabalho;-----

3º Apoiar as iniciativas na defesa do património de excelência que representa o Arsenal do Alfeite na Industria Naval Portuguesa;-----

4º Apoiar a exigência de um Arsenal do Alfeite Público, ao serviço da Marinha, dos Trabalhadores e da População Portuguesa."-----

5.7.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Sobre a Radiação das Linhas Eléctricas de Muito Alta Tensão -----

- Tal como consta do Diário da Assembleia da República da Reunião Plenária realizada no passado dia 25 de Março os Deputados da Assembleia da República debateram iniciativas legislativas sobre as Linhas e Instalações Eléctricas de Alta e Muito Alta Tensão.-----

- Foram cinco os Projectos de Lei em apreciação da Assembleia da República: Projecto de Lei nº 651/X (4ª) do BE - "Garante o princípio da precaução face aos campos electromagnéticos produzidos pelas linhas e instalações eléctricas de alta e muito alta tensão; Projecto de Lei nº 646/X (4ª) do PSD - "Protecção contra a exposição aos campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos eléctricos; Projecto de Lei nº 684/X (4ª) do CDS - "Criação de um plano sectorial de ordenamento das linhas eléctricas de alta tensão e muito alta tensão; Projecto de Lei nº 690/X (4ª) de "Os verdes" - Limites para a exposição humana aos campos electromagnéticos, originados por linhas e instalações eléctricas de média, alta e muito alta tensão e Projecto de Lei nº 692/X (4ª) do PCP - "Licenciamentos das redes de transporte de electricidade em muito alta e alta tensão".-----

- Verifica-se assim que todos os Grupos Parlamentares (PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV) apresentaram iniciativas tendentes a alterar a legislação em vigor em benefício das populações, com excepção do PS.-----

- Considerando que todas as iniciativas legislativas apresentadas pretendiam fazer prevalecer o princípio da precaução face aos efeitos da radiação dos campos electromagnéticos das linhas de alta e muito alta tensão e que os Deputados do PS estiveram contra na continuidade das posições de insensibilidade política e autoritarismo do Governo.-----

- Considerando que o PS que tanto fala na participação dos cidadãos não atende às justas reivindicações das populações que de norte a sul do País pretendem que as Linhas Eléctricas de Alta e Muito Alta Tensão sejam afastadas das habitações, das escolas e de outros equipamentos de utilização colectiva.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Considerando que nesse sentido os cidadãos organizados têm apresentado propostas para alteração do actual quadro legal em que se tem destacado o "Movimento Nacional Contra as Linhas de Alta Tensão" assim como as populações, organizações e entidades de Almada, Sintra, Serzedelo, Batalha e Pombal, que tem contado sempre com a oposição do PS e do Governo.-----
- Considerando que a Direcção-Geral de Saúde em 2007 informou que a intensa exposição a campos electromagnéticos quer nas habitações, quer nos locais de trabalho pode aumentar o risco de doenças cancerígenas.-----
- Considerando que a Organização Mundial de Saúde na presença de estudos não unânimes ou inconclusivos da comunidade científica aponta para a necessidade de ser estabelecido o princípio da precaução.-----
- Considerando também que o PS e o seu Governo vêm sistematicamente rejeitando as propostas e iniciativas das populações e suas organizações, assim como do Poder Local como têm sido por exemplo as várias tomadas de posição da Assembleia Municipal de Almada.-----
- Considerando ainda que o PS parece apenas preocupado com os custos da instalação das linhas de alta tensão e dos lucros da Empresa REN do que dos efeitos na saúde das pessoas.-----

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 28 de Abril de 2009, delibera:-----

- 1 - Protestar pela posição assumida pelo Partido Socialista - PS na Assembleia da República ao rejeitar todos os Projectos de Lei que pretendiam integrar na Lei portuguesa o "Princípio da precaução face às radiações electromagnéticas produzidas pelas Linhas Eléctricas de Alta e Muito Alta Tensão".-----
- 2 - Reafirmar a preocupação e oposição à sobrepassagem da Linha de Muito Alta Tensão que atravessa as Freguesias da Charneca de Caparica e Trafaria, desde a zona da Quinta da Queimada até Murfacém, passando pelas localidades da Quinta da Saudade, Alto do Vale Rosal, Quinta Nova, Botequim, Quinta da Salema, Quinta dos Loios, Lazarim, Areeiro, Pêra do Meio, Quinta dos Cavaleiros e Quinta da Bica, pelos riscos que representa para a qualidade de vida das populações e a saúde humana.-----
- 3 - Reclamar novamente do Governo para que com a Rede Eléctrica Nacional assumam plenamente o princípio da precaução e procedam à reavaliação e revisão do traçado da Linha de Muito Alta Tensão que atravessa o Concelho de Almada (Freguesia da Charneca



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Caparica e Trafaria) de forma a afastá-la de zonas residenciais, de escolas e de outros equipamentos colectivos."-----

Moção/Saudação -----

1º de Maio -----

35 anos passaram sobre as comemorações do primeiro 1º de Maio em liberdade.-----

Nesse inesquecível dia do trabalhador foram milhões a encherem as ruas e praças do Portugal libertado da ditadura fascista.-----

À alegria e comoção do reencontro fraterno, os trabalhadores reafirmando o apoio ao 25 de Abril, juntaram a determinação em lutar por condições de vida com dignidade, pelo progresso e justiça social.-----

E assim, em unidade na acção e em torno da CGTP/IN os trabalhadores conseguiram, obter direitos há muito reivindicados, nomeadamente, a liberdade sindical, o direito ao trabalho, ao aumento generalizado dos salários, ao salário mínimo nacional, à segurança social pública, universal e solidária, ao subsídio de férias e 13º mês para todos, ao subsídio de desemprego, a proibição do despedimento sem justa causa, o direito à greve e de manifestação.-----

À medida que se iam conquistando e institucionalizando estes direitos o grande e privilegiado patronato, encontrava, nas políticas seguidas pelos sucessivos governos até aos dias de hoje, verdadeiros aliados, para destruir as conquistas laborais, sociais e civilizacionais dos trabalhadores e reformados.-----

Exemplos do violento e sem precedente ataque aos trabalhadores, seus direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados são, e da responsabilidade do actual governo, o aumento da precariedade, a imposição da pior legislação laboral, os baixos salários, as alterações das regras para aceder ao subsídio de desemprego, particularmente quando o desemprego está a crescer aproximando-se dos 500 mil desempregados, fazendo com que, mais de 40% destes não tenham direito ao referido subsídio, penalizando sobretudo os jovens. Igualmente condenáveis são os ataques ao carácter universal e solidário da segurança social que diminuiu os valores da reforma aos futuros pensionistas, sem esquecer as condicionantes que impedem o aumento e valorização das actuais pensões.-----

A exigência de uma política que reponha os valores e ideais do 25 de Abril, fará com que este 1º de Maio de 2009 seja um grande dia de luta a nível nacional, mas simultaneamente a expressão da esperança e vontade num futuro melhor.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2009, decide:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saudar o dia 1º de Maio, dia dos trabalhadores e as suas lutas futuras para derrotar as políticas anti-sociais em vigor e substituí-las por outras que reponham os ideais e valores do 25 de Abril."-----

5.7.4 - O Sr. Deputado Municipal Vasco Gonçalves Martins:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Assinalando o Dia 1º de Maio -----

Em 1974 vivemos momentos grandiosos.-----

Durante a madrugada e manhã de 25 de Abril fomos apercebendo que a nossa vida estava a mudar, que novos horizontes se abriam para o nosso futuro colectivo.-----

Ao som de marchas militares e, depois, das canções de José Afonso, Francisco Fanhais, José Jorge Letria, José Mário Branco e Sérgio Godinho, os portugueses foram-se envolvendo e participando nas movimentações das tropas revoltosas que prometeram devolver a liberdade a Portugal.-----

Foi o fim da ditadura, da guerra colonial, da PIDE/DGS e da censura.-----

Foi o primeiro dia da democracia reencontrada.-----

Seis dias depois, o primeiro 1º de Maio em liberdade, festejado por todos em comunhão.-----

E porque continuamos a desfilar no 1º de Maio?-----

Porque depois da euforia e da esperança, vivemos, dias de incerteza.-----

Agora, mais que no passado recente, somos confrontados com a fragilidade e as imperfeições da democracia.-----

Enganam-se os povos que dão como conquistada e definitivamente segura a liberdade.-----

Iludem-se os que julgam que a tolerância derrotou a xenofobia e os que confiam cegamente no primado do direito e da justiça nas relações entre os países e as nações e mesmo entre os homens.-----

A democracia, a liberdade e a paz são conquistas preciosas e frágeis.-----

Há que montar guarda e combater os seus inimigos.-----

Também no que respeita aos direitos dos trabalhadores, em todo o mundo, inspirados em concepções neoliberais e desreguladoras, os ataques são iniludíveis.-----

O respeito pelo diálogo social e pelo direito ao trabalho são postos em causa, subordinados ao primado cego da globalização e da competitividade, da economia sobre os direitos das pessoas.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de Abril de 2009 delibera:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. Assinalar com alegria o 1º de Maio e apelar a todos para que se empenhem na afirmação convicta e renovada dos valores da democracia, da paz, da tolerância e da justiça social;-----
2. Exortar todos a tomarem atitudes de consolidação e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores, assim como de afirmação de que a produtividade e a competitividade só podem ser reforçadas em diálogo com as suas organizações representativas e no respeito pelos seus direitos fundamentais."-----

5.7.5 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Taxa de recursos Hídricos -----

A publicação do Decreto-lei nº 97 de 11 de Junho de 2008 criou a obrigação do pagamento, pelos Municípios, de uma Taxa de Recursos Hídricos (TRH) que abrange a captação de Águas de Abastecimento e a rejeição de Águas Residuais, e a qual deverá ser obrigatoriamente cobrada aos utilizadores finais/utentes do serviços.-----

A Taxa dos Recursos Hídricos sustenta a sua existência, através do diploma acima referido, nos princípios do utilizador/pagador, revertendo a favor do Instituto Nacional da Água (INAG) e das Administrações das Regiões Hidrográficas entretanto criadas – as ARH's.-----

Note-se que, com a criação desta taxa, transferiu-se para os utilizadores, que somos todos nós cidadãos, os custos inerentes às competências de planeamento e tutela que normalmente provinham das receitas fiscais obtidas através dos impostos. Impostos esses, que todos nós cidadãos já pagamos ao Estado. De facto, a criação da Taxa de Recursos Hídricos acentua a transferência, por parte do Estado Central, das despesas da sua competência para as autarquias e os cidadãos, lançando um imposto que, perante a situação de já grande dificuldade que se vive actualmente, afecta o custo de vida de todas as pessoas, e não só através da taxação directamente aplicada aos serviços de abastecimento de água e saneamento.-----

Aplicando a TRH em Almada e cobrando, de acordo com o estipulado, 0,0264 €/m³, apenas no nosso Município serão transferidos, no ano de 2009, em termos globais, um montante como 335.194,46€.-----

Fazendo o exercício de aplicação da Taxa de Recursos Hídricos a todos os Municípios que se encontram na área territorial da Administração da Região Hidrográfica Tejo, que abrange desde a Covilhã a Estremoz no interior do país, e desde a Nazaré até Sesimbra no Litoral, apercebemo-nos dos valores avultados em que os cidadãos e empresas consumidores de água do nosso país serão taxados, e que transitarão para esta estrutura do Governo.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

De facto, no consumo de todos os bens cuja produção utiliza água, nomeadamente a alimentação e o vestuário, esta factura irá ser novamente paga por todos nós, já que esta taxa penaliza fortemente as actividades produtivas nacionais, particularmente nos sectores da agricultura e das indústrias agro-alimentares, contribuindo desta forma, também, para o enfraquecimento da capacidade competitiva das empresas nacionais face às estrangeiras.-----
Considerando assim a brutal crise económica e social que os Portugueses vivem, o alastramento da pobreza, as dificuldades das pequenas e médias empresas é injusto que o Governo PS obrigue os Municípios a cobrar uma nova taxa às famílias e a todas as empresas assim como ao comércio tradicional.-----

Pelo que, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de Abril de 2009 delibera:-----

- 1º Manifestar publicamente o seu protesto face à injustiça originada para com os Municípios e os Cidadãos com o pagamento da Taxa dos Recursos Hídricos;-----
- 2º Exigir ao Governo a suspensão da Taxa de Recursos Hídricos, tal como o estipulado por todos os Países da União Europeia perante as dificuldades impostas actualmente aos cidadãos e às empresas."-----

5.7.6 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Sobre a Lei dos "Conselhos Municipais de Juventude"-----

O Fórum Municipal da Juventude de Almada foi criado, em 1997, fruto da vontade do Movimento Associativo Juvenil e dos Órgãos Autárquicos do Município. Privilegiando uma gestão da Cidade e do Concelho próxima das pessoas, próxima da juventude e do movimento juvenil, este órgão consultivo e de informação da Autarquia promove a participação dos jovens e das associações do Concelho.-----

Conta com 62 organizações membro, podendo qualquer associação ou grupo juvenil inscrever-se, nos termos do seu Regulamento. Neste Fórum Municipal da Juventude, as associações e grupos juvenis de Almada que não sejam membros efectivos podem participar nas reuniões sempre que o desejem.-----

Trata-se de uma experiência que demonstra a possibilidade de intervir junto da Juventude no Poder Local Democrático, estimulando e apoiando a participação, a criatividade e o empenhamento dos jovens; respeitando e compreendendo o carácter diversificado, heterogéneo e dinâmico do movimento juvenil.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em contraste com estas opções e esta prática do Município de Almada e de tantas outras autarquias, verifica-se infelizmente que, a nível nacional, o Governo tem menosprezado a participação, a opinião e contacto com o movimento juvenil. Durante os últimos quatro anos, o Conselho Consultivo de Juventude, órgão de consulta do Governo com a participação das organizações juvenis nacionais, reuniu apenas duas vezes.-----

Na verdade, o Governo tem conduzido uma política contra a juventude portuguesa, de promoção da precariedade no trabalho, de estímulo ao trabalho temporário, de privatização da educação a todos os níveis, de substituição da acção social escolar por empréstimos bancários, de desvalorização do poder de compra, de dificuldade do acesso ao apoio ao arrendamento jovem e de estagnação no domínio da habitação social para jovens ou da construção a custos controlados.-----

Agora, assiste-se a uma tentativa de iludir as reais responsabilidades nesta área, dirigindo-as para as autarquias, colocando no poder local o foco da discussão de políticas de juventude, ao invés de garantir uma efectiva resposta da entidade nacional responsável pela promoção de políticas de juventude: o poder central, através do Instituto Português da Juventude.-----

Com a aprovação da Lei N.º 8/2009, de 18 de Fevereiro (que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude) o país, as autarquias e o movimento juvenil estão colocados perante uma legislação desajustada, factor de intromissão, de burocratização, e de afastamento das associações juvenis na sua relação com o poder local.-----

Por um lado, a obrigatoriedade de criar os Conselhos Municipais e de lhes dar apoio logístico e administrativo afigura-se desajustada, na medida em que a Lei N.º 159/99 de 14 de Setembro (que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais) não comete aos Municípios quaisquer atribuições ou competências em matéria de juventude.-----

Do mesmo modo, a obrigatoriedade de o Município auscultar e submeter a parecer deste Conselho documentos como o Plano, o Orçamento e projectos de regulamento e posturas municipais relativas à juventude está claramente em dessintonia com a inexistência de qualquer obrigatoriedade quer de o Governo submeter a parecer obrigatório do Conselho Nacional da Juventude as Opções do Plano e Orçamento de Estado, quer de os Municípios auscultarem obrigatoriamente outros Conselhos Municipais nas matérias a que lhes dizem respeito (educação, segurança, etc.). Sublinhe-se de resto que esta obrigatoriedade poderá, inclusivamente, ter consequências na gestão municipal, tendo em conta o exercício das funções, atribuições e competências que a Lei e a Constituição prevêm no poder local democrático.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por outro lado, a rigidez do modelo de funcionamento não se coaduna com as assimetrias existentes no território nacional e inibe as estruturas existentes ou que venham a ser criadas de se adequarem às especificidades de cada município. O princípio deveria ser fomentar a capacidade criativa do movimento juvenil, dos jovens e das autarquias.-----

Finalmente, as restrições existentes à participação de associações que não estejam inscritas no Registo Nacional de Associações Juvenis, de outros grupos informais de jovens, e de associações que tenham no seu seio membros com idade superior a trinta anos não parece salutar para uma estrutura que se pretende de democracia participada. O mesmo se poderá dizer das desigualdades de tratamento dos eleitos locais no seio do próprio Conselho, que, aliás, não parecem devidamente justificadas.-----

Estamos perante um diploma que ignorou os alertas e os contributos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que em 12 de Fevereiro de 2008 se dirigiu à Assembleia da República, apontando justamente os factos aqui enunciados e emitindo um Parecer, citamos, «inequivocamente desfavorável relativamente ao projecto de diploma».-----

Mais recentemente, no passado dia 20 de Abril, a Junta Metropolitana de Lisboa aprovou uma deliberação, salientando que «o que interessa à democracia e aos jovens é criar fóruns verdadeiramente consultivos, capazes de produzir, de aconselhar, de emitir pareceres sobre a política autárquica de juventude». A Junta Metropolitana de Lisboa, alertando para as opções erradas da Lei em apreço que aqui se destacam, recomendou aliás aos municípios o adiamento da instalação dos Conselhos Municipais de Juventude, nos termos que estão previstos nesta mesma Lei.-----

Assim, face aos considerandos acima expostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 28 de Abril de 2009, delibera:-----

1. Apelar à Assembleia da República para que se proceda urgentemente à revisão da Lei N.º 8/2009, de 18 de Fevereiro;-----
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada o adiamento da instalação do Conselho Municipal de Juventude, nos termos que estão previstos no citado diploma;-----
3. Saudar as organizações e os grupos informais do movimento associativo juvenil do Concelho de Almada pela sua participação no Fórum Municipal de Juventude de Almada, e pela acção interventiva, empenhada, generosa e criativa que ao longo dos anos têm demonstrado em todos os domínios da sua participação na vida do Concelho, com destaque para a recente Quinzena da Juventude de Almada."-----

5.7.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Saudação -----

A Telma Monteiro -----

Telma Monteiro é já uma Almadense que todos reconhecemos e respeitamos e em cujo trabalho residem muitas das nossas esperanças.-----

Com os seus verdes anos é já um nome consagrado internacionalmente, graças, sem dúvida, às suas competências pessoais, mas seguramente devido a um trabalho esforçado.-----

Foi mesmo reconhecido o seu mérito pelo Município de Almada que a homenageou no dia da Cidade, com a medalha de ouro de mérito desportivo.-----

Venceu em Janeiro a Taça do Mundo, em Judo, na categoria de -57 kg, após um período de paragem que fez após os Jogos Olímpicos de Pequim.-----

Em Sófia, onde essa competição teve lugar, venceu adversárias de alto gabarito da Ucrânia, da Eslovénia, da Inglaterra, da Grécia e da Alemanha.-----

No passado sábado, ganhou o Grande Prémio de Judo em Hamburgo, na Alemanha, vencendo a sua adversária chinesa em apenas 48 segundos e recebeu a medalha de ouro.-----

A Assembleia Municipal reunida em 28 de Abril de 2009, delibera:-----

1. Saudar afectivamente a Almadense, medalha de ouro, Telma Monteiro;-----
2. Saudar igualmente o seu treinador Rui Rosa, grande suporte destas vitórias;-----
3. Desejar que estes sucessos que todos sentimos como nossos também, se multipliquem e culminem numa vitória de ouro nos Jogos Olímpicos de 2012."-----

5.7.8 - O Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O turismo é peça chave no desenvolvimento de Portugal, e em particular no Concelho de Almada, onde a Cidade da Costa da Caparica assume um papel fundamental, face às qualidades naturais de excelência.-----

Turismo esse, que se quer associado a um bom ambiente, com espaços e equipamentos de qualidade, atractivo aos turistas nacionais e estrangeiros, que dê á Costa de Caparica e aos seus cidadãos dignidade e prazer de viver.-----

No dia 17 de Julho de 2001, um governo rompeu com décadas de esquecimento em relação à Costa da Caparica, uma das freguesias com maior potencialidade do Concelho de Almada.-----

Há oito anos, um governo do PS, através do seu ministro do Ambiente, o Eng. José Sócrates, colocou a Costa da Caparica no mapa das prioridades políticas, definindo uma estratégia com a ambição de transformar a freguesia no maior pólo de desenvolvimento turístico da Área Metropolitana de Lisboa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sendo o Polis da Costa de Caparica o maior em área (600 hectares) e com uma frente de mar de 5 km, sofreu por incúria de anteriores governos um atraso considerável. Foi um capital de esperança desperdiçado durante quatro longos anos.-----

Mas o Polis da Costa da Caparica não ficou na gaveta.-----

Em 2005, de novo um governo PS, agora liderado pelo 1º ministro José Sócrates, veio mudar o rumo, trouxe de novo a esperança e devolveu a confiança aos caparicanos.-----

O investimento foi reforçado e a Costa da Caparica voltou ao mapa das prioridades políticas, agora com mais ambição, agora com uma verdadeira estratégia de requalificação e desenvolvimento.-----

Nos últimos quatro anos foram lançados os concursos e começaram as obras de qualificação e reordenamento da orla costeira, assim como o reforço costeiro, com a alimentação artificial do areal nas praias urbanas e conclusão do paredão a Norte.-----

Foi possível começar e concluir a intervenção no Jardim Urbano devolvendo à Costa de Caparica um espaço de excelência na Mata de Santo António.-----

A utilização deste espaço de desporto e lazer é feito diariamente por largas centenas de Caparicanos e turistas, desde a sua inauguração no dia 1 de Junho de 2008, é a prova de que vale a pena acreditar.-----

Nos últimos quatro anos o PS fez obra sem esquecer as pessoas.-----

É com imensa tristeza e até com uma certa revolta que assistimos à degradação constante deste espaço de desporto e lazer, que, desde a sua inauguração em Junho de 2008, é diariamente visitado por centenas de turistas e residentes.-----

A par do natural desgaste e degradação dos materiais constatamos que são muitos os actos de vandalismo que contribuem para a destruição daquele espaço e seus equipamentos.-----

Passo a citar alguns dos traços mais evidentes:-----

- chapas de vedação derrubadas -----
- Tubos de rega a esmo sobre a areia sem que se vislumbre a sua utilidade -----
- Pérgula em madeira do restaurante derrubada -----
- Casota contígua ao restaurante com tábuas soltas -----
- Vários troncos de pinheiros arrancados com raízes á mostra -----
- Equipamento do serviço de incêndio com tampa retirada e fixação partida -----
- Bicas de água com base solta -----
- Papeleiras cheias e deslocadas da base -----
- Muitas plantas mortas e outras a morrer de seca -----
- As ervas daninhas campeiam e multiplicam-se como se fossem regadas -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

-Os graffitis são de ferir a vista de quem forçosamente os observa dado que se impõem por toda a chaparia de vedação -----

-Como cartão de visita logo à entrada temos a rua Manuel Agro Ferreira desventrada (sem tapete) numa faixa a todo o comprimento junto do passeio.-----

E para finalizar os visitantes são convidados a passarem pouco tempo no jardim porque as casas de banho (elementar serviço de higiene) estão “amavelmente” fechadas.-----

Os visitantes do Jardim não querem saber a quem pertence a jurisdição daquele espaço. Sabem que as obras e seus equipamentos foram pagos pelo erário público e exigem que as casas de banho estejam abertas, para poderem usufruir em pleno do potencial de desporto, lazer e bem estar que aquele espaço pode dar.-----

É de estranhar, também a atitude da Junta de Freguesia da Costa da Caparica de coligação PSD/CDU ao assistir impávida e serena a esta degradação do bem público.-----

O Verão está a chegar, os cidadãos que se deslocam à Costa têm com certeza presente a grande expectativa que a Costa Polis lhes criou e deparam-se com esta falta de sensibilidade e interesse pelo bem público que a todos pertence.-----

Não chega inaugurar, é preciso conservar.-----

Assim sendo, e pelo exposto a Assembleia Municipal reunida no dia 28 de Abril de 2009 delibera:-----

1. Solicitar à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada que tome as necessárias medidas para por a funcionar as casas de banho do jardim urbano da Costa da Caparica.----
2. Que os competentes e respectivos serviços tudo façam no sentido de obstar àquela constante degradação."-----

5.7.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação -----

Sim ao fim do sigilo bancário aprovado na Assembleia da República -----

Considerando que:-----

1. As autoridades financeiras internacionais continuam a considerar que a fuga ao fisco em Portugal se deverá situar actualmente entre os 5 e 10% do PIB, qualquer coisa como 8 - 16 mil milhões de €/ano, o que, em termos de perda de receita fiscal, equivale a uma fatia entre 13 a 26% a menos relativamente a uma estimativa anual de receitas em 2009 da ordem dos 61 mil milhões de euros;-----
2. As mais recentes modificações legislativas em matéria de sigilo bancário, designadamente as que foram introduzidas pelas Leis Orçamentais de 2005 e de 2009, através de alterações



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

introduzidas no Código do Procedimento e Processo Tributário, estabelecendo as condições do processo especial de derrogação, especialmente quando há recurso interposto pelo contribuinte de decisão da administração fiscal, não revelaram grande eficiência na capacidade da administração em combater a evasão fiscal, já que continuam a ser raros os casos de levantamento de sigilo, confirmado pelo mais recente Relatório sobre o Combate à Evasão Fiscal, onde se anuncia que, em 2008, essas regras levaram à solicitação de levantamento do segredo em cerca de 1000 casos, isto num país em que a evasão fiscal é dada como uma das mais altas da Europa;-----

3. Apesar dos avanços e recuos na modernização da legislação que estabelece o segredo bancário em Portugal, há porém dois casos em que já está previsto o acesso irrestrito de autoridades administrativas a informação bancária pessoal, como sejam os candidatos ao Complemento de Solidariedade para Idosos e ao Rendimento Social de Inserção, em que, em ambos os casos, é condição de candidatura que toda a informação bancária seja disponibilizada sem restrições;-----
4. O processo de harmonização fiscal, em curso na União Europeia, tem determinado o levantamento do segredo bancário, definindo regras de trocas de informações entre os Estados-membros acerca das poupanças depositadas por nacionais em bancos de outros países e obrigando o Estado português a informar a administração tributária dos outros países comunitários sobre os montantes dos depósitos dos seus contribuintes em Portugal, para efeitos de tributação, sendo por isso, paradoxal, que o fisco português, como regra geral, não tenha o poder de obter a informação sobre contribuintes portugueses, embora possa obtê-la no caso de contribuintes estrangeiros.-----
5. O PS, no seu Programa de candidatura de 2005 — e depois no Programa de Governo — se comprometeu a defender uma regra de levantamento do segredo bancário que acompanhasse “as melhores práticas europeias” no combate à evasão e fraude fiscais;-----
6. O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda propôs e a Assembleia da República aprovou por maioria, o princípio da abolição do segredo bancário como instrumento de controlo e recurso da administração fiscal contra a fraude e evasão fiscal e até o próprio crime económico;-----

A Assembleia Municipal de Almada, na sua reunião ordinária de 28 de Abril de 2009, decide:----

1. Congratular-se com a aprovação na generalidade do diploma que estabelece a derrogação do sigilo bancário como meio de consagrar o princípio da plena igualdade de todos os cidadãos perante a lei e de reforçar os meios de combate à fraude e evasão fiscais, à corrupção e ao crime económico.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Reforçar as expectativas de que, a discussão na especialidade e a posterior aprovação da versão final da futura lei sobre o sigilo bancário na Assembleia da República, não venha a subverter o espírito e a letra do diploma agora aprovado na generalidade."-----

"Moção -----
Incentivar a participação activa dos almadenses no processo de Revisão do PDM - Almada, desde o seu início.-----

Considerando que:-----

- O actual PDM de Almada resulta de um processo iniciado em 1987, aprovado pela Assembleia Municipal em 1993, e publicado em Diário da República em 1997.-----
- Em Abril de 2006, a Câmara criou, com a aprovação desta Assembleia Municipal, uma Direcção de Projecto para Revisão do PDM-A.-----
- As Opções do Plano para 2008, aprovadas por esta Assembleia Municipal em Dezembro de 2007, prometiam a 'condução e concretização do processo de revisão do PDM', que integraria 'a realização de workshops e fóruns de participação'.-----
- Em Dezembro de 2008 a Câmara deliberou dar início formal ao processo de Revisão do PDM.-----
- Em Janeiro de 2009, o Relatório de Avaliação da Execução do actual PDM foi tornado público, através da sua publicação no site da CMA e disponibilização para consulta nos Serviços Técnicos Municipais e anunciado através de edital publicado no Diário da República e em 2 jornais nacionais.-----
- O referido Edital informava também do período de consulta pública, que decorreu entre 5 de Fevereiro e 18 de Março de 2009, tendo constituído, ao que se sabe, a única forma de divulgação do mesmo, para além do site da CMA.-----

Considerando ainda que:-----

- Estamos no início do processo de revisão de um instrumento de planeamento que é a expressão máxima da Autonomia Municipal na definição dos seus Objectivos de Desenvolvimento de longo prazo e da sua expressão ao nível do território do Município de Almada.-----
- A chave de uma participação cidadã verdadeiramente efectiva e eficaz é, neste como em todos os processos de Desenvolvimento Local, o acesso à informação, que tem que ser facilmente acessível ao maior número, inteligível por todos, e estar permanentemente actualizada e disponível.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O procedimento adoptado pela Câmara Municipal é manifestamente insuficiente, em termos de real incentivo a uma participação activa dos cidadãos no processo de revisão do PDM, que se iniciou no princípio de 2009.-----
- O Relatório de Avaliação da Execução do PDM em vigor revela-se de árdua leitura para não especialistas, e apresenta um conjunto de informação estatística, que não cumpre nenhum dos objectivos atrás referidos em termos de real acesso à informação.-----
- O referido Relatório não cumpre o seu objectivo declarado (e que a lei lhe estabelece), ou seja, não faz a avaliação da execução do PDM em vigor. Assim, a Câmara Municipal não assumiu a responsabilidade que lhe cabe neste processo de explicitar, partilhando com os cidadãos, se o PDM-A em vigor atingiu ou não todos os seus objectivos.-----
- Sem prejuízo do atrás referido, a natureza do Relatório, a sua forma e conteúdo, exigiram e exigem, que sejam promovidas sessões públicas de efectivo esclarecimento e informação sobre o mesmo.-----
- Os novos Objectivos de Desenvolvimento, nomeados no final do Relatório, devem ser matéria de debate alargado desde o início do processo, o que, a não acontecer, porá irremediavelmente em causa o carácter de projecto comum de desenvolvimento que o novo PDM deve assumir.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na sua sessão ordinária de 28 de Abril de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada as seguintes acções, a decorrerem preferencialmente até final do presente mandato autárquico:-----

1. A elaboração e ampla divulgação de um Resumo Não Técnico do Relatório de Avaliação da Execução do actual PDM, não apenas em formato digital, mas também em formato impresso e de grande tiragem.-----
2. A realização de sessões de esclarecimento/debate sobre este Relatório, em todas as freguesias.-----
3. A revisão do Relatório, de modo a explicitar uma verdadeira avaliação, e tornando o seu conteúdo inteligível pelo maior número de cidadãos.-----
4. A criação de um Fórum de Debate On-Line que acompanhe todo o processo de elaboração da Revisão do PDM - Almada.-----
5. A inclusão no Boletim Municipal de Almada de uma página dedicada ao processo de Revisão do PDM - Almada."-----

5.7.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção -----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A democracia Local em Almada -----

A “revolução dos cravos” tem 35 anos. Entre as conquistas do 25 de Abril, o Poder Local é uma das mais importantes.-----

As autarquias locais são um dos pilares de suporte do nosso regime democrático, sendo fundamental não esquecer o desempenho dos seus órgãos, as assembleias municipais e de freguesia, com poder deliberativo e de fiscalização, e as câmaras municipais e juntas de freguesia, com atribuições executivas, Os órgãos eleitos das autarquias locais representam um importante papel em democracia, na garantia do cumprimento do dever de representação dos cidadãos.-----

Consequentemente, o respeito pelas atribuições e competências de cada um destes órgãos, assim como das suas decisões colectivas (deliberações), é condição básica para o correcto funcionamento das instituições e para o reforço da cidadania participativa.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 28 de Abril de 2009, para lá da interpretação jurídica dos factos a seguir descritos, delibera:-----

- a) Considerar um desrespeito por esta Assembleia Municipal a decisão da Câmara Municipal de abrir vários concursos de pessoal destinados à ocupação de 25 postos de trabalho (8 técnicos superiores e 17 assistentes técnicos) não previstos no Mapa de Pessoal 2009 aprovado por esta Assembleia, por proposta da Câmara Municipal. (Aviso n.º 5389/2009, publicado no DR, n.º 50, de 12-03-2009 que procede à abertura de vários procedimentos concursais comuns a preencher por contrato de trabalho a termo resolutivo);-----
- b) Lamentar a ocorrência de factos desta natureza num município como Almada, de raízes fundadas no respeito pela Liberdade e Democracia, que só contribuem para desprestigiar a actuação do poder local."-----

"Moção -----

Ainda a situação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada -----

O 1º de Maio é, por tradição, um dia de protesto e de luta pelos direitos dos trabalhadores a nível mundial, contra as injustiças de que são alvo, pela dignificação do trabalho.-----

Nesta época de crise económica generalizada, onde o desemprego atinge níveis altamente preocupantes e a precariedade laboral é uma constante no nosso país, o 1º de Maio assume um significado especial de denúncia pública das arbitrariedades que continuam a ser cometidas em Portugal.-----

Comemorar o 1º de Maio é, nomeadamente, reivindicar a implementação de políticas sociais de combate ao desemprego, aos salários de miséria ou ao aumento da jornada de trabalho que, nalguns sectores, ameaça fazer-nos regressar ao século XIX colocando em causa



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conquistas alcançadas ao longo de mais de um século. Comemorar o 1º de Maio é combater o trabalho sem direitos e o trabalho precário, é ter a coragem de denunciar todas as práticas ilícitas, à luz das leis que nos regem, a começar pela Administração Pública.-----

O Estado, o Governo central e as autarquias locais, deviam ser os primeiros empregadores a dar o exemplo do combate à precariedade e a fomentar o trabalho estável e com direitos.-----

Sabemos que assim não é na Administração Central.-----

Fruto das opções políticas do Governo PS, os Centros de Emprego, das Novas Oportunidades, da Formação Profissional, estão repletos de trabalhadores precários, que vivem diariamente a angústia de não saber o que lhes reserva o dia seguinte.-----

Empresas como o Arsenal do Alfeite, no nosso concelho, que estão integradas nos quadros da Função Pública, de um dia para o outro são transformadas em empresas privadas, com uma anunciada reestruturação que pode atirar para o desemprego cerca de 400 trabalhadores, e colocar outros na Mobilidade Especial da Função Pública, ou perdendo o seu vínculo a esta.-----

Também o trabalho precário na Administração Local tem que ser combatido. Almada, autarquia de esquerda, devia dar o exemplo. Lamentavelmente, não tem sido este, o entender e a prática do actual Executivo Municipal.-----

Assim, e considerando que:-----

- 1) Em contradição com a posição pública do PCP no que toca ao combate à precariedade, a Câmara Municipal de Almada tem continuado a apostar na contratação de trabalhadores com vínculos precários, sendo exemplo dessa prática a recente abertura de vários procedimentos concursais a termo certo resolutivo por seis meses, apesar dos postos de trabalho em causa (41 no seu total) corresponderem a necessidades permanentes dos Serviços (Aviso publicado no DR, II Série, n.º 50, de 12-03-2009);-----
- 2) Além da ilicitude do acto acima referido (contrário ao disposto no artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro), a CMA tem vindo a não respeitar os mais elementares procedimentos sobre gestão de recursos humanos, nomeadamente no que concerne à:-----
 - a) transição para as novas carreiras (havendo trabalhadores que ainda não foram notificados, apesar da obrigatoriedade prevista no artigo 109.0 do citado diploma);-----
 - b) relevância do trabalho prestado nos anos de 2004 e 2005 e respectiva pontuação em conformidade com a orientação conjunta da DGAEP/DGAL (circular de 27-2-2009), tendo preferido manter a atribuição uniforme de um ponto por cada ano prevista no n.º 7 do artigo 113.º da LVCR prejudicando, injustamente, os trabalhadores que tinham



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

obtido a classificação de serviço de MB e obrigando-os a aguardar mais dois anos pela eventual mudança de posição remuneratória;-----

- 3) Apesar das dezenas de reclassificações efectuadas no ano transacto (104 no seu conjunto), a CMA não resolveu a situação dos técnicos superiores que, sobretudo na área da cultura, desde há vários anos consecutivos vêm exercendo funções como tal, mas auferem o vencimento da categoria que detêm (antigos assistentes administrativos e técnicos profissionais, hoje assistentes técnicos), prejudicando os trabalhadores em causa em centenas de euros mensais, pese embora a existência de suficientes lugares vagos no respectivo mapa de pessoal;-----
- 4) Mesmo gozando a autarquia de uma excelente saúde financeira, a Presidente da CMA, por seu despacho de 23-01-2009, decidiu não atribuir “dotação global para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório” impedindo os trabalhadores, que satisfaçam os requisitos, de progredirem para a posição remuneratória seguinte, prejudicando-os em termos salariais.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 28 de Abril de 2009, delibera:-----

- a) Recomendar à Câmara Municipal de Almada que proceda à rectificação urgente, nos termos da lei, das situações atrás descritas;-----
- b) Manifestar o seu total apoio e solidariedade aos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada e às diligências que, individualmente ou através das estruturas representativas do seu colectivo (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos), possam vir a encetar na defesa dos seus direitos."-----

5.7.11 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

MOÇÃO -----

Medidas Sociais de apoio aos desempregados -----

Perante a crise económica mundial e as inevitáveis repercussões que teve em Portugal, o Governo lançou um programa nacional de combate ao desemprego que denominou de “Iniciativa Emprego-2009”.-----

Esta Iniciativa para o Investimento e o Emprego contempla um conjunto de medidas específicas de estímulo ao emprego, das quais assumem particular relevância com os novos instrumentos direccionados para a manutenção de postos de trabalho, para facilitar o retorno à vida profissional, bem como para a promoção do acesso dos jovens ao emprego.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mas não só, foi também uma preocupação sempre presente a da criação de respostas especificamente vocacionadas para os públicos mais desfavorecidos, assumindo o sector social e as autarquias locais um papel fundamental na dinamização e concretização destas medidas, das quais se destaca o contrato emprego - inserção.-----

Com efeito, o sector social e as autarquias locais são, por excelência, os dinamizadores e promotores do mercado social de emprego, mais precisamente, do chamado trabalho socialmente útil, visando a inserção de franjas da sociedade, com grandes dificuldades de integração no mercado de trabalho, na satisfação de necessidades sociais ou colectivas prestado por essas entidades à comunidade.-----

Assim, com o propósito de envolver as Autarquias nesta preocupação de dar uma efectiva e eficaz resposta social, têm vindo a ser assinados protocolos com um elevado número de autarquias, nos quais são assumidas responsabilidades partilhadas no esforço de integração dos desempregados.-----

De acordo com notícias saídas na imprensa local, no passado dia 7 de Abril o Ministro Vieira da Silva deslocou-se ao Centro de Formação Profissional do Seixal onde estiveram representados os Municípios da Península de Setúbal, um elevado número de Juntas de Freguesia e entidades privadas sem fins lucrativos.-----

Salienta-se, que nesta fase pública de partilha de responsabilidade, as autarquias locais e o sector social da Península de Setúbal, comprometeram-se a integrar 1027 desempregados, sendo que destes, 480 foram assumidos por autarquias.-----

Porém, constatou-se que, das 9 Câmaras Municipais da Península de Setúbal, apenas não esteve presente a Câmara Municipal de Almada, e das Juntas de Freguesia deste concelho apenas assinaram protocolo as 3 Juntas que não são governadas por autarcas do Partido Comunista.-----

Manifestamos aqui a nossa congratulação pelas Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica, da Trafaria e da Costa de Caparica que conjuntamente se comprometeram em integrar 37 desempregados, juntando-se assim ao esforço de todos para melhorar a vida das famílias e atenuar as consequências do desemprego, permitindo também com este reforço de recursos humanos prestar um melhor serviço à comunidade.-----

De igual modo, congratulamo-nos também com as outras instituições do Concelho que se comprometeram em integrar cerca de duas centenas de desempregados, revelando o seu verdadeiro espírito solidário.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando que todas as medidas sociais que o governo implementou para minorar as consequências da crise e do aumento do desemprego devem ser aproveitadas para dar oportunidades às pessoas que delas necessitam;-----

Considerando que o poder local democrático tem como obrigação aproveitar essas medidas para ajudar os cidadãos do seu concelho;-----

Considerando que a integração de desempregados em actividades socialmente úteis nas autarquias contribui para a melhoria dos serviços públicos;-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Abril 2009, delibera:-----

1 - A aprovação de um voto de louvor à preocupação social manifestada pelas autarquias e demais entidades outorgantes do supra referido protocolo;-----

2 - Que se promova dentro da Autarquia, a utilização desta medida de combate à exclusão Social;-----

3 - Que o executivo da Câmara de Almada, sensibilize as juntas de Freguesia no seu conjunto, para a utilização desta medida, com vista à melhoria dos serviços públicos, e de apoio a esta medida de pendor marcadamente de pendor social."-----

5.7.12 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu começava por esta Moção que acabou de ser apresentada, gostava de dizer que não entendo o objectivo da Moção na medida em que no âmbito do próprio Conselho Local de Acção Social já foi também tido em conta a necessidade de divulgar as recentes medidas e foi feita uma apresentação por parte do Centro de Emprego, do conjunto das medidas decididas pelo Governo nesta matéria. A própria Câmara como o Sr. Deputado acabou de dizer está envolvida e tem estado sempre em cada ano, tem procurado sempre integrar este tipo de soluções. Naturalmente proporcionalmente às áreas que têm de actividade e portanto não entendo a Moção. Parece-me que é um recado e de facto nós recados dispensamos. Temos que trabalhar de outra maneira, temos que trabalhar em conjunto, as instituições locais e penso que é nesse sentido que se tem estado a trabalhar e penso que tudo aquilo que venha no sentido de perturbar o trabalho articulado entre instituições que é prejudicial para as populações e para aquilo que deve ser uma preocupação nossa que é de entrosar a cooperação e não prejudicar a cooperação.-----

Queria deixar uma nota relativamente à Saudação a Telma Monteiro, penso que seria interessante que a Moção pudesse fazer uma referência eventualmente no segundo parágrafo, portanto não me quero intrometer na redacção mas, sugeria que se fizesse referência que a Telma Monteiro é medalha de ouro de mérito desportivo da nossa Cidade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

penso que era importante, eventualmente no segundo parágrafo: "Com os seus verdes anos Telma Monteiro é medalha de ouro de mérito desportivo da nossa Cidade", penso que ficaria bem.-----

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre os trabalhadores, eu penso que esta Moção é um insulto aos trabalhadores do Município, que trabalham no Departamento dos Recursos Humanos, desde os trabalhadores em geral que estão nos Recursos Humanos aos Juristas e aos próprios dirigentes. Tem havido um esforço enorme por parte de todos de pôr em prática toda a panóplia de legislação que tem vindo a sair, legislação complexa, de legislação que precisa de ser regulamentada a posteriori e etc., e portanto o Município de Almada não tem, e reafirmo prática de política de trabalho precário, o Município de Almada não usa mesmo as oportunidades que surgem dos programas ocupacionais para suprir necessidades de carácter permanente e portanto a Câmara de Almada tem um conjunto de decisões sobre concursos de trabalho por tempo indeterminado tomadas no ano passado, que não puderam avançar porque saiu legislação nova e foi necessário esperar a regulamentação e mais do que isso também esperar que haja formação. Em Maio o INA vai dar um conjunto de cursos de formação para que alguma exigências da Lei possam ser devidamente cumpridas por parte dos próprios elementos do Júri e portanto o que gostaria de dizer é que o Bloco de Esquerda teima em insistir nesta matéria dando a ideia de que no Município há trabalho precário, que não se respeitam os direitos dos trabalhadores, isto é absolutamente falso.-----

Considero que estamos a tratar de matéria de gestão de aplicação da Lei, o Município não tem essa política, quando apresentam aqui esta outra proposta que volta a falar dos trabalhadores, nós não, nunca desrespeitamos as competências da Assembleia Municipal e as suas decisões. É ponto de honra do Município e é assim que deve ser, não fazemos mais do que a nossa obrigação, mas fosse feita uma pergunta, nós gostaríamos que ela tivesse sido feita para que nós pudéssemos responder e então o Bloco tomar a iniciativa que achasse mais consentânea com os esclarecimentos obtido, mas não é isso que acontece e vem aqui com a afirmação de que há um desrespeito pela Assembleia Municipal. Não há. Nós temos nova legislação em matéria de concursos, legislação que não tem permitido aos serviços andar com a rapidez que era necessária e desejável, temos um conjunto de respostas à nossa população, nomeadamente equipamentos sociais prontos, em que era necessário abrir as portas pô-los a funcionar é o serviço público e com parecer jurídico foi encontrada a solução de ultrapassar o bloqueio da Lei. Ou seja, ao mesmo tempo que está decidida a abertura de concursos, já muitos estão a chegar aos jornais. Concursos para contratos de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho por tempo indeterminado, é preciso recorrer temporariamente enquanto decorrem estes concursos, ao recurso que a Lei possibilita que é o termo resolutivo, mas isto está devidamente apreciado juridicamente com parecer jurídico para que esta situação pudesse avançar. Portanto, eu não sou jurista, os juristas analisaram, encontraram uma solução para um problema que tem a ver com serviço público e tem a ver com interesse público, interesse das populações. Queria também dizer que em relação às questões do Plano Director Municipal também podemos recomendar tudo, mas o que eu queria aqui dizer é que em relação à Revisão do Plano Director Municipal não estamos perante um processo linear em que é preciso andar a todo o vapor mas de qualquer maneira estamos perante um processo de grande exigência e relativamente a este processo tivemos ocasião de apresentar a metodologia aos Srs. Deputados Municipais, metodologia que aponta para a participação quer dos Deputados Municipais, quer dos actores chave, quer da população em geral, e portanto essa metodologia é conhecida, o processo está a decorrer junto da CCDR para que seja formalizada pela CCDR a respectiva Comissão de Acompanhamento, os mecanismos de participação estão em construção, nomeadamente no respectivo site e portanto enfim, há uma certa, parece que incompreensão relativamente à forma como este processo deve decorrer e vai decorrer e da parte do Município em devido tempo já apresentámos aos Srs. Deputados Municipais que quiserem participar na Reunião de apresentação da metodologia e portanto dos primeiros aspectos relacionados com este processo, tudo aquilo que é o compromisso do Município. Também a recomendação não entendo.-----

Relativamente ao documento sobre a Costa de Caparica eu acho que falta muito aqui da história, penso que devemos ser cada vez mais justos na forma como abordamos os processos, penso que nos fica bem dar valor àquilo que é a iniciativa local, penso que nos fica bem sejamos ou não da área do Governo que está no poder, a cada momento valorizar o trabalho do Poder Local, as iniciativas locais, as decisões dos órgãos locais. E portanto, eu considero que isto não está neste documento, valoriza exclusivamente a intervenção do Governo e exclusivamente do Governo do Partido Socialista.-----

Considero que, não digo isto por entender que deveria haver aqui alguma referência à Presidente da Câmara, não me faz falta, penso que me integro perfeitamente nas decisões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e ficaria feliz se houvesse essa referência à Câmara e à Assembleia Municipal quando se fala do Polis da Costa de Caparica. Todos sabemos da proposta de pacto e há uma injustiça também muito grande que é por exemplo não se falar da intervenção do Primeiro Ministro António Guterres e de outros, porque o processo da Costa de Caparica começou com uma iniciativa do Poder Local na Costa de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Caparica exactamente uma proposta de pacto ao Governo, foi levada até ao Primeiro Ministro António Guterres por esta Presidente e pelo Presidente da Assembleia Municipal e que teve acolhimento e a partir daí muitos Ministros foram envolvidos neste processo. Chegamos à Costagest que acabou por não ter seguimento, mas também ninguém ainda revogou o diploma que a criou e depois houve outros entendimentos, houve um entendimento que não era por ali que deveríamos ir, mas por outro caminho e nós aderimos, e trabalhamos naturalmente de uma forma empenhada com a equipa técnica construindo o Polis, o maior Polis do País, aquele que começou por ser uma pequena franja que era a Frente Urbana da Costa, era só isso quando começámos a conversar e com a intervenção do Poder Local, com a aceitação da parte dos nossos interlocutores, nós chegamos com a nossa contribuição naturalmente empenhada e a abertura que nós tivemos do outro lado, nós chegamos ao maior Polis do País com seiscentos hectares. Não conseguimos chegar à Fonte da Telha mas já estamos a trabalhar para que haja também uma solução para a Fonte da Telha, dizer que existe um protocolo entre a Câmara e a própria Costa Polis, com o argreement da CCDR exactamente sobre a Fonte da Telha a partir de uma candidatura que a Câmara apresentou ao Quadro de Referência Estratégica Nacional pela ausência de outras iniciativas. Mas estamos a trabalhar em conjunto e isso é que é importante, mas também temos que dizer que as iniciativas foram tomadas por quem foram e não por quem não foram. Portanto eu também queria dizer que relativamente ao Jardim Urbano, o Jardim Urbano tem estado na posse da CostaPolis, portanto o Jardim Urbano ainda não está recepcionado por inteiro. Foi decidido pelo Conselho de Administração há pouco tempo, accionar garantias para reparar problemas que são da responsabilidade do empreiteiro e portanto isso está em marcha, de qualquer modo nas últimas semanas foi entendido no âmbito do Conselho de Administração e com a própria Câmara para fazermos um contrato entre a CostaPolis e a Câmara, um contrato de promessa de bens futuros de modo a acautelar as questões de gestão. E a Câmara Municipal já está no Jardim Urbano com várias actividades nomeadamente a conservação, a limpeza, temos os concursos para os restaurantes também abertos, porque tinha que haver um documento que nos possibilitasse avançar e esse documento foi juridicamente elaborado, tal como a questão da gestão dos próprios, do equipamento desportivo que a própria Câmara assumiu directamente e penso que terá começado a semana passada por aí. Portanto, o que eu queria dizer é que estas questões são questões tratadas de uma forma muito séria porque de facto está em causa sempre o interesse geral, o interesse das populações e da nossa parte tudo fazemos cooperando para que esse aspecto mais importante do nosso trabalho seja sempre acautelado. Também não encontro sentido neste documento com estas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

recomendações. Estamos a fazer mais do que aquilo que seria devido nesta altura à Câmara, o que encontramos foi uma forma jurídica de passar temporariamente para a Câmara aquilo que só pode passar quando o Polis estiver concluído e os bens patrimoniais poderem passar para a Câmara Municipal. Não há desleixo, não há desatenção, não há tirar água do capote. Há assumir sempre e com toda a plenitude a cooperação onde quer que estejamos envolvidos."-----

5.7.13 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu desejava apenas e nesta altura, fazer em nome do Partido Social Democrata uma consideração em relação à Moção apresentada pelo Partido Socialista sobre o Turismo e a Costa de Caparica. Para nós também é um problema que sentimos, a degradação do Jardim Urbano. Infelizmente como já não é, infelizmente, também caso raro, aparece uma Moção com considerandos políticos, com inverdades históricas para tentar através de um problema que existe e tem que ser solucionado, com isso tentar fazer alguma espécie de propaganda político-partidária. E para nós aquilo que se transformou num problema que deveria ser realçado passa a ser um documento que para nós não pode ser sequer minimamente aprovado e não contará certamente com o nosso voto favorável. E neste sentido gostaria apenas de deixar estas notas, se os eleitos do Partido Socialista tivessem tanto empenho na defesa da Costa de Caparica, como tem tido o actual e certamente futuro Presidente de Junta de Freguesia, como também teve em determinada altura a Câmara Municipal na defesa da concretização de um projecto de requalificação urbana de uma área nobre essencial e vital para o desenvolvimento do Concelho, certamente não estaríamos nesta altura com os problemas financeiros que a Sociedade CostaPolis está a enfrentar, com os problemas de concretização da obra que neste momento estamos a começar a ver no terreno e certamente os responsáveis partidários do Partido Socialista e os Autarcas do Partido Socialista tivessem o gosto de defesa dos interesses da população da Costa de Caparica como tem o nosso Presidente de Junta que não se calou mesmo na altura em que estávamos no Governo em defender um projecto que começou manco, mal elaborado, com um financiamento muito pouco estruturado, onde se esqueceram de rubricas tão essenciais como o calculo do IVA para financiamento daquele projecto de requalificação urbana, se tem sido essa preocupação como teve o nosso Presidente de Junta num Governo onde necessariamente houve também quem defendesse na altura, se calhar o projecto Polis na Caparica podia não ser tão essencial como no nosso ver era e continua a ser, aquilo que para nós era vital, era que nesta altura num processo e num problema que existe que é o processo de manutenção do Jardim



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Urbano, não se fizesse aqui um alarido partidário num problema que existe não só no Jardim Urbano como infelizmente começa a alastrar a todo o processo de requalificação no âmbito do Programa Polis e de uma vez por todas pudéssemos dar as mãos para que fosse concretizado e não para que propaganda viesse associada a um problema que existe e que nós reconhecemos, mas que fruto deste contexto de considerandos que manifestamente são excesso de inverdades, para não dizer um desrespeito para com os diversos órgãos autárquicos que ao longo dos anos tem procurado defender os interesses daquela população, nós não podemos naturalmente pactuar com esta declaração iremos votar contra."-----

5.7.14 - O Sr. Deputado Municipal Jorge Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Para dar o sentido de voto da bancada do PSD sobre as diversas Moções que foram apresentadas. E a nossa posição é na generalidade de votar favoravelmente as Moções apresentadas com duas ressalvas, vamos votar contra a Moção relativa ao Jardim Urbano da Costa de Caparica, pelas razões que o meu companheiro Nuno Matias já acabou de referir e vamo-nos abster na Moção relativa aos Conselhos Municipais da Juventude. Isto porque entendemos desde logo que a Assembleia da República legisla para o todo nacional e no ponto de vista dos princípios é salutar e é positivo que possam existir órgãos, estruturas que vêem possibilidade de envolvimento de participação dos representantes do movimento juvenil. Há um Fórum em Almada, há um Fórum da Juventude em Almada, mas provavelmente em muitos Municípios do País isso não acontece e ainda que por ventura possam ser apontadas algumas deficiências relativamente à estrutura como está idealizada o Conselho Municipal de Juventude será apesar de tudo preferível existir uma qualquer estrutura do que não existir nada. Por outro lado também entendemos que as Autarquias, as Assembleias Municipais não se podem arrogar do direito de decidir quais as Leis que são boas e que devem ser aplicadas e quais aquelas que não devem ser cumpridas ou respeitadas. O Sr. Deputado Bruno Dias salientou alguns aspectos da Moção e referiu por exemplo que não era a favor que este Conselho fosse chamado a emitir pareceres sobre o Orçamento, sobre os Projectos de Regulamentos e Posturas, nós pelo contrário entendemos que isso é salutar e que em nada desvaloriza ou minimiza o papel final da Assembleia Municipal que fica assim habilitada a tomar posições de uma forma mais consistente e mais habilitada para poder optar em função de uma audição mais generalizada das entidades interessadas naquilo que está em causa.-----

Também não aceitamos aquele princípio que aqui é referenciado na Moção de que as Autarquias não têm atribuições em matéria de Juventude, também não vamos retomar o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

princípio e da discussão ontem também gerada aqui neste mesmo local, mas de facto também entendemos que não faz sentido referenciar ou argumentar e dar essa justificação. Por outro lado, julgo que não estão devidamente fundamentadas nesta Moção as razões que possam ou que levam a que se suscitem estas reservas à legislação que recentemente entrou em vigor. Não conhecemos em detalhe essa legislação devemos confessá-lo, mas também não vimos da parte da bancada da CDU uma fundamentação suficientemente consistente para que nós possamos aderir à sua posição. Por este conjunto de razões a nossa posição será de abstenção."-----

5.7.15 - O Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não tenho problema nenhum efectivamente de reconhecer o papel da Autarquia no CostaPolis, absolutamente. Só que eu sei que a Sr.^a Presidente está tão bem assessorada, tem tantos defensores que eu acho que são eles e compete a eles defender a posição da Câmara. Eu defendo aquilo que me compete a mim. No entanto, reconheço o papel da Câmara e da Sr.^a Presidente, aliás já noutras alturas elogiei a Sr.^a Presidente. Também compreendo o incómodo do PSD por a CostaPolis ter estado estes quatro anos parado, de maneira que não me admira nada que o PSD não aprove esta Moção."-----

5.7.16 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui pronunciar-me sobre uma Moção apresentada pela CDU sobre os Conselhos Municipais de Juventude. Este é obviamente um assunto que já aqui foi falado na Assembleia Municipal, já aqui foi trazido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, já aqui falámos da importância de haver de facto um Conselho Municipal de Juventude que consiga e que possa e que dê voz de facto aos jovens. Isso já foi debatido aqui noutras Sessões, pouco mais há a acrescentar sobre isso. De facto o Fórum Municipal de Juventude em Almada existe em nosso entender tem muito poucas competências para aquelas que poderia ter e para a capacidade que as associações de jovens e que os jovens do Concelho de Almada podem dar a este Concelho e podem participar de facto na construção deste Concelho e de um melhor Concelho para a juventude."-----

De facto é um bocadinho estranho que, e a bancada do PS já referiu aqui alguns motivos que não fundamentam de facto esta posição, porque é uma posição que não se percebe, porque quando dizem que o princípio deveria ser fundamentar a capacidade criativa do movimento juvenil dos jovens e das autarquias, eu não vejo como é que com este diploma isso não seja feito, não vejo sequer como é que uma autarquia não possa querer que os jovens do seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Município façam pareceres sobre aquilo que são as políticas de juventude para o Município. Achamos honestamente que deve ser um instrumento e uma garantia até para o Executivo da Câmara, desta Câmara ou de qualquer outra Câmara do País que obviamente como devem imaginar este diploma não foi feito a pensar em Almada. Almada foi de facto um dos exemplos aquando da produção deste diploma, dos exemplos que foi tido em conta, infelizmente pela má experiência e por aquilo que falta acrescentar ao que de facto deve ser um Conselho Municipal de Juventude. Por acaso foi um dos exemplos. Agora há aqui algumas coisas, quando o Sr. Deputado da CDU diz que neste momento existem sessenta e duas organizações membro e qualquer Associação ou Grupo Juvenil pode inscrever-se, nós concordamos. Agora há que definir o que é uma Associação Juvenil. E para se definir de facto o que é uma Associação Juvenil tem de haver critérios, e os critérios escolhidos foram estes como podiam ter sido quaisquer outros, agora a mim e a nós, não faz confusão nenhuma e acho que é a coisa mais normal que pelo menos metade dos membros da Direcção da Associação Juvenil tenham menos de trinta anos, ou seja, sejam jovens. Acho que isso é o normal, acho que isso é participação no associativismo jovem por parte dos jovens e acho que isso é que é dar voz aos jovens, não são Associações em os membros já têm quarenta, quarenta e cinco anos a grande parte e depois têm lá dois jovens, mas pronto é uma associação juvenil, não. isto pelo contrário, esta Lei pelo contrário traz uma transparência e define exactamente o que é aquilo, o que é uma associação jovem e a questão das associações terem que estar registadas no Registo Nacional de Associações Juvenis. Eu não sei se o Sr. Deputado sabe o que é necessário para registar uma Associação no RNAJ, é demasiado simples e qualquer Associação pode fazê-lo e a Câmara Municipal aí pode dar o apoio a uma associação jovem, pode apoia-los e ajudá-los a eles próprios se inscreverem no RNAJ, se assim entenderem e se cumprirem os critérios, nós obviamente vamos votar contra esta Moção, mas queríamos pedir à bancada da CDU obviamente que porque se misturam aqui coisas na parte deliberativa que pudéssemos votar ponto a ponto."-----

5.7.17 - A Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Começando pela Moção da CDU sobre os Conselhos Municipais da Juventude, queríamos pedir à CDU duas coisas, primeiro que retirassem os três primeiros parágrafos e que retirassem o terceiro ponto da parte deliberativa. Isto porque nós concordamos convosco em relação aos Conselhos Municipais da Juventude, mas não partilhamos da opinião da CDU relativamente ao desempenho do Fórum Municipal de Juventude. E portanto, se pudermos retirar a parte que não tem a ver com os Conselhos Municipais de Juventude que é objectivo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desta Moção/Deliberação, teremos todo o gosto em votar do vosso lado. Depois queria dizer à Sr.^a Presidente da Câmara, relativamente às observações que fez aos nossos documentos o seguinte: em relação ao processo de Revisão do PDM e à participação dos Cidadãos desde o início, do que eu estou recordada da reunião que existiu de apresentação da metodologia aos Deputados Municipais e em que eu participei e fiz questão de perguntar e obter a resposta, a Sr.^a Presidente afirmou com todas as letras que os almadenses seriam envolvidos no processo desde o seu início. Tal não é o entendimento que o Bloco de Esquerda tem daquilo que se está a passar neste momento. O processo deu início em Dezembro, estamos em Abril e os cidadãos não têm neste momento capacidade nem conhecimentos técnicos suficientes para participar neste processo da maneira como ele está a ser desenvolvido, e portanto a nossa chamada de atenção em relação a isso. Relativamente à metodologia também gostava de dizer que a metodologia que foi apresentada nesta Assembleia é diferente da metodologia que foi apresentada posteriormente nessa reunião e foi passada em slides a correr, nós pedimos a documentação, não foi dada e portanto é muito difícil nós absorvermos uns slides que passam em quinze minutos que são vinte ou trinta slides, e tentar perceber as diferenças de uns slides para os outros e de umas reuniões para as outras, mas isto não tem a ver com a metodologia, tem só a ver com a explicação do Relatório de Avaliação que demorou três anos a ser feito. Não tem a ver com mais nada.-----

Relativamente ao problema do mapa de quadro de pessoal e o concurso que abriu. Eu percebo que a Sr.^a Presidente queira abrir ao público as instalações das bibliotecas e das piscinas que entretanto abriram e que precisa de pessoal para lá pôr. Percebo que isso não estava programado no mapa de pessoal da Câmara que nós aprovámos aqui em 2009, agora aquilo que eu não entendo é porque é que, se há um parecer jurídico que diz que, pode-se abrir um concurso e depois mandar as pessoas embora e mandar vir outras a contrato permanente, porque é que não vem aqui a esta Assembleia Municipal dizer isso? Vinha aqui, dizia, nós aprovámos a outra proposta, etc.. Agora, abrir concurso para quadros que não estão previstos no mapa de quadro de pessoal que foi aprovado. Eu gostava de ver o parecer jurídico, se calhar temos que fazer um Requerimento para perceber qual é a base que diz que a gente pode furar aquilo que está escrito na Lei, e as decisões que são desta Assembleia Municipal.-----

Relativamente ao problema dos trabalhadores da Câmara, eu queria dizer à Sr.^a Presidente que o Bloco de Esquerda não insulta trabalhadores e não insulta os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada e não insulta a Presidente da Câmara Municipal de Almada que também é trabalhadora da Câmara. Agora, a questão concreta que está aqui colocada é que não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

foram os trabalhadores do Departamento dos Recursos Humanos que decidiram não respeitar a orientação da DGAP, não foram os trabalhadores dos Recursos Humanos que decidiram não fazer dotação global para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório, não foram os trabalhadores dos Recursos Humanos que decidiram não reclassificar as pessoas, não foram os RH que decidiram contratar as pessoas com contratos a prazo para ocupar, ocupam há anos. E portanto isto não é insulto, são factos concretos, não tem a ver com os técnicos, tem a ver com decisões políticas da Câmara Municipal de Almada."-----

5.7.18 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente às questões que foram suscitadas pelos Srs. Deputados Municipais dos vários partidos sobre os Conselhos Municipais de Juventude e a Lei que foi aprovada na Assembleia da República, queria salientar em nome da CDU, recordar que é indispensável conhecer a realidade concreta, compreender, ter em atenção o movimento juvenil, as suas organizações, os grupos informais, a sua actividade, a sua diversidade, o seu carácter muitas vezes transitório e dinâmico e nesse sentido o maior erro que se pode fazer, que o País pode fazer e que o Parlamento podia ter feito é fazer aqui, impor modelos administrativos únicos, burocratizar, criar circunstâncias de funcionamento absolutamente condicionadas para esta actividade que é criativa, que é dinâmica, que é notável no dia-a-dia na actividade destas Associações e mesmo grupos informais.-----

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados Municipais que as críticas que rejeitaram e que dizer não ter qualquer sentido na vossa opinião, são exactamente as críticas que a Associação Nacional de Municípios Portugueses suscitou no seu parecer ao Parlamento, que a Junta Metropolitana de Lisboa mais recentemente aprovou e não foi com os votos contra do PS, quero chamar a atenção, nenhuma Câmara PS votou contra, nenhuma Câmara PSD votou contra relativamente a este parecer que a Junta Metropolitana de Lisboa aprovou recomendando aos Municípios o adiamento desta instalação dos Conselhos Municipais de Juventude e aliás reiterando o apelo à revisão desta Lei. E quero recordar caso não tenha lido com atenção que a ANMP e não apenas uma Autarquia CDU eu manifestou junto do Parlamento um parecer inequivocamente desfavorável, as palavras são as que estão no parecer Srs. Deputados Municipais relativamente a este Projecto-Lei e relativamente a este sentido político e de opção política. Estamos perante um erro político grave que vai significar a prazo não o incentivo à participação, não à aproximação dos jovens e do seu movimento juvenil, mas sim o seu afastamento, a sua burocratização e é lamentável que nesta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

democracia tutelada que está a ser cada vez mais praticada por este Governo e os sucessivos Governos, numa altura em que querem aprovar e aprovam a Lei dos Partidos, Leis dos Financiamentos dos Partidos, modelos únicos de organização e funcionamento, agora querem organizar e definir como é que funciona e organizam os Conselhos Municipais de Juventude.-----

Srs. Deputados Municipais quer dizer, uns têm a fama e outros têm o proveito. Nós temos a fama de ser controleiros, mas afinal não somos nós quem está aqui a controlar tudo."-----

5.7.19 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Um minuto dá apenas para muito rapidamente manifestar o nosso sentido de voto. Votaremos favoravelmente a Moção do 1º de Maio e Telma Monteiro, do Partido Socialista e sobre o Sigilo bancário, do Bloco de Esquerda. Relativamente às Moções sobre a Costa de Caparica, apresentada pelo Partido Socialista e o PDM apresentado pelo Bloco de Esquerda votaremos contra e secundamos aquilo que disse aqui a Sr.ª Presidente da Câmara. Relativamente às medidas sociais de apoio a desempregados, apresentada pelo Partido Socialista votaremos contra por entendermos que isto põe trabalhadores na estatística mas não lhe dá emprego. É uma medida falsa, é uma medida que não promove uma política consistente de promoção de emprego."-----

5.7.20 - O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente aos setenta anos do Alfeite, naturalmente saudar o Arsenal do Alfeite, os trabalhadores do Arsenal do Alfeite e saudar também aquilo que parece ser uma boa notícia de acordo com aquilo que hoje vem publicado por parte do Secretário de Estado da Defesa Nacional e que teve a ocasião de estar no Arsenal do Alfeite, e estou a dizer aquilo que li na Comunicação Social, veio dizer publicamente que não haverá despedimentos no Arsenal do Alfeite, todos aqueles que não puderem ser integrados no processo de empresarialização do Arsenal do Alfeite continuarão nos quadros da Marinha, e penso que passo a passo é uma boa notícia e penso que todos nós autarcas de diferentes partidos devemo-nos preocupar, devemos mover a nossa influência consertar esforços, porque o fundamental é apoiar o emprego e apoiar os trabalhadores em particular. Gostaria também relativamente à Moção do emprego 2009, dizer que é perfeitamente legítimo que haja diferenças de opinião relativamente à forma como no âmbito global de um pacote anticrise se podem colocar medidas dentro do pacote anticrise. Uma das medidas tomadas pelo Governo é uma medida aliás semelhante àquela que foi feita com os nossos vizinhos espanhóis que fizeram



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

protocolos com os vários municípios precisamente para ajudar no apoio à integração do emprego. É preciso nesta altura não nos esquecermos que a todas as horas há mais desempregados, que o desemprego é por ventura a maior preocupação que devemos ter no curto prazo relativamente aos efeitos da crise e de uma forma mais estrutural em termos de economia. Temos que ser mais capazes de criar emprego para que o pleno emprego não seja apenas uma ilusão, mas que o emprego seja um emprego sustentável. Gostaria por fim de me referir à Moção apresentada pela CDU relativamente à radiação das linhas eléctricas de muito alta tensão. Quero dizer que sabendo da indisponibilidade legítima também de votação em separado dos considerandos e dos pontos e que me foi já explicada e portanto aceito o argumento da não votação em separado, gostaria de dizer o seguinte, nós devemos apesar de estar perto da campanha eleitoral não fazer dos assuntos que unem os partidos assuntos de querelas político-partidárias. Nós temos manifestado nesta Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia, na Câmara Municipal uma invulgar concertação de esforços entre autarcas eleitos pelos diversos partidos. É por isso mesmo o sentido de voto de quem vê a floresta e não a andorinha, de quem percebe as provocações em ano eleitoral mas de quem não se afasta daquilo que é essencial, e por isso mesmo apresentaremos posteriormente à votação uma declaração de voto por escrito para que possa constar na Acta a posição do Partido Socialista."-----

- 5.8 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----
- 5.8.1 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, sobre Dia Mundial da Água, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.2 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Helder Viegas, sobre 70 Anos do Arsenal do Alfeite, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.3 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre a Radiação das Linhas Eléctricas de Muito Alta Tensão, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.4 - A Moção/Saudação, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, sobre 1º de Maio, foi aprovada por maioria com trinta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.8.5 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Vasco Gonçalves Martins (apresentando Moção/Deliberação Assinalando o Dia 1º de Maio, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.6 - A Moção/Deliberação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho, sobre Taxa de Recursos Hídricos, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE) e doze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria).-----
- 5.8.7 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, sobre a Lei dos "Conselhos Municipais de Juventude, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda), doze votos contra (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria) e nove abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE).-----
- 5.8.8 - A Moção/Saudação, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre, A Telma Monteiro, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.9 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Amadeu Vaz, sobre Turismo, foi rejeitada por maioria com trinta e um votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE) e doze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria).-----
- 5.8.10 - A Moção/Deliberação, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, sobre Sim ao fim do sigilo bancário aprovado na Assembleia da República, foi aprovada por unanimidade.-----
- 5.8.11 - A Moção, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, sobre Incentivar a participação activa dos almadenses no processo de Revisão do PDM - Almada, desde o seu início, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE).-----

5.8.12 - A Moção, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre A Democracia Local em Almada, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE).-----

5.8.13 - A Moção, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre Ainda a Situação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda) e vinte e um votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e do BE).-----

5.8.14 - A Moção, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido, sobre Medidas Sociais de Apoio aos Desempregados, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal; Sobreda), dezoito votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Trafaria e do PSD, inclusive o representante do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica) e duas abstenções (de eleitos do BE), (não exercendo o direito de voto o Sr. Deputado Municipal Vitor castanheira, por considerar existir incompatibilidade).-----

6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XXVI**).-----

6.1.1 – Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

6.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Como habitualmente quer eu, quer o Sr. Presidente dos Serviços Municipalizados estamos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar sobre a Actividade Municipal e dos Serviços Municipalizados, desenvolvida nos meses de Janeiro e Fevereiro."-----

6.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Maria Amélia Clemente Campos; Miguel Salvado; Pedroso de Almeida e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu antes de vir para esta Assembleia estive a ver os meus e-mail e recebi um e-mail, parece-me que isto é do interesse da Assembleia Municipal, que creio que o Sr. Vereador José Gonçalves pudesse dar alguma informação sobre o que se está a passar nas Terras da Costa de Caparica. Aliás eu durante a Assembleia recebi telefonemas de pessoas muitíssimo preocupante acerca de uma intervenção da GNR que se verificou hoje, e está agendada uma outra intervenção da GNR para amanhã às seis horas da manhã.-----

Parece-me que não deveríamos nós ser surpreendidos com isso, tendo esta possibilidade de sermos esclarecidos acerca de um assunto que não vou ler o e-mail como é evidente, mas que me dizem que hoje as máquinas e o pessoal da Câmara Municipal de Almada, isto é uma boa ocasião, caso isto não se verifique e seja uma falsidade, de ser desmentido. Hoje as máquinas e o pessoal da Câmara Municipal de Almada com o apoio da GNR vieram tomar conta das terras do agricultor Américo António da Rocha Alves, nas Terras da Costa, com o total desrespeito pelas Leis do País e pela Justiça Portuguesa. Os Agricultores e a população em geral irão defender esta ocupação ilegal e concentram-se no local para o impedir. Eu fiquei preocupado com isto, podia continuar a ler o e-mail, não me parece necessário, mas gostaria de ouvir alguma explicação por parte do Sr. Vereador."-----

6.1.2.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sobre esta questão aqui trazida pelo Sr. Deputado Luís Filipe, dizer que aquele terreno consiste num conjunto de lotes urbanos constituídos e registados na Conservatória, houve quem fosse cultivar esse terreno, as pessoas foram notificadas naturalmente para sair tendo alguns bens poderem retirá-los, na medida em que vai ser criado ali um conjunto de fogos de habitação social, exactamente fogos de realojamento. Portanto naquele conjunto de lotes urbanos vão ser constituídos cerca de cento e cinquenta fogos para realojamento naquela zona, portanto o terreno é municipal, são lotes urbanos constituídos, estão registados na Conservatória, as pessoas ocuparam aquele bocado de terra que não é terra de agricultura e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente agora estão a reagir, mas não há aqui da parte do Município qualquer irregularidade."-----

6.1.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Amélia Clemente Campos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente, podia esclarecer-me por favor, aqueles Srs. plantaram alguma coisa nesses terrenos? Alguma coisa que se veja, que já cresceu? Eu não acredito, porque conhecendo-a como a conheço não acredito que não poderá dar mais os dois diazinhos para se colher o que lá se semeou. Porque tendo em conta as dificuldades tão grandes que todos nós estamos a atravessar, certamente que essa sua medida irá cair bem fundo no coração daquela gente. Acho que era uma medida, promete-me que vai fazer isso?"-----

6.1.2.4 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Este não é o primeiro momento, as pessoas têm sido sistematicamente notificadas e naturalmente voltam a pôr e realmente isto é a pescadinha de rabo na boca e é o gato e o rato. Os terrenos são de facto terrenos urbanos, aquelas terras são terras agrícolas, a Câmara Municipal é proprietária de grandes extensões de terras agrícolas, todas as pessoas estão a cultivar as terras e nós estamos a falar de uma pequena franja que é necessária para iniciar processos de construção de habitação social, portanto não estamos a falar de uma grande extensão de terras e portanto o que aconteceu foi que a pessoa que cultivava as terras adjacentes foi crescendo e veio a ocupar a fatiazinha de lotes que margina com a estrada e que tem a ver exactamente com a construção de habitação social.-----

Nós aprovámos aqui um contrato com UCHEDES, penso que todos estão lembrados, a própria Assembleia Municipal de modo a podermos avançar com a construção de habitação social. Penso que todos estão lembrados, a própria Assembleia Municipal, de modo a podermos avançar com a construção de habitação social, todos ontem tivemos aqui o retrato do que é a realidade social e as necessidades que existem, enfim não podemos ser criticados de um lado e depois do outro, então não fazemos nada não é? As pessoas são notificadas, têm que retirar os bens, mas depois voltam, não respeitam e portanto nós temos coração, só que também às tantas não conseguimos cumprir a nossa missão. E sou muito sensível às questões trazidas mas não é de vendas nos olhos que esta questão tem estado a ser tratada. Portanto queria deixar estas notas também esperando a vossa compreensão."-----

6.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Trazia aqui algumas questões que gostaria, se fosse possível e se houvesse alguma informação me pudessem esclarecer. Largo de Cacilhas neste momento estão a decorrer as obras e bem, para a implementação do Farol. Obra que felicito. As obras prevêem a demolição das infra-estruturas que estão lá da Transtejo em frente ao Largo ou não? E qual é a situação e qual é o conhecimento que a Câmara tem neste momento sobre aqueles barracões provisórios que foram montados no Largo de Cacilhas junto às antigas instalações da Salga do Peixe, junto à Caixa Geral de Depósitos, bem como aqueles que estão mesmo no Largo de Cacilhas e que obviamente não dignificam nada um Largo que foi salvo de uma intervenção tão profunda onde se gastou tanto dinheiro e agora estão aqueles barracões provisórios de escritórios dos TST. Sei que houve um Requerimento por parte do PCP na Assembleia da República para pedir informação sobre o Terminal 2 de Cacilhas, eu julgo até que foi pelo Sr. Deputado Bruno Dias, não sei se há alguma resposta ou não, se há alguma informação ou não.-----

Outra questão, o Parque de Estacionamento da Lemauto e os antigos autocarros da Lisnave continua o acesso a ser complicado e já várias vezes aqui esse assunto e a ausência de uma escada para as pessoas com mais dificuldades de locomoção e mesmo para as pessoas diariamente que vão para o parque e que vão para os Bombeiros, neste momento não compreendo bem o que lá se passa, porque a ECALMA houve uma altura que fiscalizava, houve uma altura que controlava e neste momento não controla e o Parque está um pouco ao abandono, as cancelas estão para cima a ECALMA raramente lá vai e quando vai não faz a fiscalização do Parque mas sim do acesso exterior que dá acesso àquelas lojas e bares, etc.. Não se compreende bem ali o que é que se passa porque depois do Circo lá ter estado montado aquilo descambou um bocado, inclusive os pinos estão soltos, há aberturas no Parque por todos os lados.-----

Semáforos no centro de Almada. E aqui eu alerto mais uma vez porque há aqui uns Semáforos no centro de Almada e aqui nas ruas da zona em que nós estamos, que não fazem o mínimo sentido. Sinais vermelhos que depois não dão para lado nenhum, porque é obrigatório virar à direita, principalmente naquela rua transversal da Av.^a D. Nuno Álvares Pereira a subir, a descer, há aqui uma série de situações que não se percebe. E depois há situações de acidentes que é o normal por causa das gincanas que criaram ali na Av.^a Bento Gonçalves que ainda há dois ou três dias houve um acidente gravíssimo, a subir a Av.^a Bento Gonçalves o semáforo ainda continua lá no sítio deitado ao chão, há pelo menos dois dias que aquilo está assim, ainda não foi reparado. Porque aquilo é um sítio que está mal e as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peças têm que fazer um desvio grande, basta vir alguém distraído ou com outro problema qualquer já sabe o que é que acontece.-----

Corredor Bus no Centro Sul. A Câmara Municipal andou a pintar no Centro Sul alguns sinais horizontais, neste caso no chão e andou também a pintar a indicação do corredor de Bus que dá acesso à Ponte sobre o Tejo. Ali há uma questão que eu não consigo, e acho que se podia rectificar, que é, a própria Ponte, o corredor é só das seis da manhã às dez da manhã, as placas estão lá, são visíveis porque não fazer o mesmo no corredor de acesso à Ponte, mas aquela parte eu penso que é da responsabilidade da Câmara, se não é digam-me, mas a verdade é que fazia muito mais sentido, porque passamos lá diariamente e vemos constantemente pessoas que têm que fazer aquela infração porque senão têm que ir à Rotunda do Brejo para entrar na Ponte 25 de Abril.-----

E duas informações rápidas se a Câmara já sabe quando é que vai ser o início das obras da Concessão Baixo-Tejo apesar de eu saber que isto é uma competência do Governo, mas se tiverem alguma informação que possam partilhar connosco, e em que fase é que está o plano de desenvolvimento dos arruamentos periféricos da Aroeira."-----

6.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Nós já tivemos oportunidade por diversas ocasiões de referir que entendemos que não é este tipo de informação que é vinculado pelos serviços municipais que corresponde efectivamente àquela obrigação para que a Lei aponta de esta Assembleia fazer uma apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município. E o exemplo dessa incongruência aparece aqui no elenco dos projectos estratégicos e outras actividades em que há aqui referências apenas a que a Sr.^a Presidente da Câmara se reuniu num determinado dia com um determinado Sr. Ministro e que num outro dia se reuniu com outro Sr. Ministro. Ora, não nos importa particularmente saber o elenco das reuniões em que a Presidente ou o executivo participam, interessa-nos muito mais é ter a percepção e uma avaliação daquilo que são o resultado dessas reuniões."-----

6.1.2.7 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A informação é aquela que nós de facto consideramos que dá aos Srs. Deputados Municipais e às Sr.^{as} Deputadas Municipais de facto o retrato da actividade desenvolvida neste período em execução do respeito pelo Plano de Actividades e do Orçamento. Pensamos que é difícil encontrar uma outra forma de dar a conhecer o cumprimento regular daquilo que são os compromissos municipais e da Actividade Municipal. Consideramos, enfim, registando no



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

entanto os pontos de vista que não são coincidentes, mas consideramos que esta é a forma adequada e tomo-a como informação minha, naturalmente que é elaborada a partir da informação dos serviços, mas é a minha informação à Assembleia Municipal e considero que estamos perante um retrato bastante detalhado completo e esclarecedor daquilo que é o cumprimento do Plano de Actividades da Câmara Municipal e da Actividade desenvolvida pelos serviços, em cumprimento do Plano.-----

Em relação às reuniões eu penso que é importante dar nota, não se diz apenas que foi reunir, também se diz quais os temas que foram abordados na reunião e penso que isso revela a preocupação da Presidente da Câmara. Relativamente a matérias que têm a ver, enfim também preocupações que todos nós, que o próprio Plano de Actividades nas suas linhas estratégicas e de orientação também elenca e dá conta nesta informação de que houve diligencias junto dos governantes no sentido de abordarmos as matérias aqui enunciadas. Parece-me que também é importante se os Srs. Deputados Municipais me quiserem questionar sobre o que foi essa reunião naturalmente que não terei qualquer problema em me pronunciar. É evidente que não havendo nada de substantivo no sentido de que não nos foi transmitida nenhuma decisão, não se vai colocar na informação. Mas a questão está em dizer que há preocupação do Município, que os assuntos foram levados aos respectivos titulares destas pastas onde as responsabilidades se situam e portanto naturalmente que há aqui uma continuidade no acompanhamento destes assuntos. Se houvesse alguma decisão nova a comunicar tê-la-ia referido.-----

Há aqui questões de preocupação do quotidiano, obviamente que nós também achamos importante que elas sejam aqui referidas, embora estejamos a avaliar a actividade de dois meses, mas depois há coisas de muito detalhe que obviamente todos entendemos que não é possível aos eleitos estarem em cada esquina, em cada rua, em cada detalhe da intervenção municipal. Neste momento está de facto a decorrer toda a intervenção no sentido de se colocar o Farol em Cacilhas, penso que é a questão mais substantiva, não tenho outras informações a avançar, registei a sua pergunta mas não tenho resposta para ela, não sei se vai ser demolido, se não vai ser demolido. Nós estamos numa zona de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, aquilo que ali fazemos decorre da própria autorização. Dizer que o Farol, não foi fácil conseguirmos a autorização da Administração do Porto de Lisboa para instalarmos ali o Farol mas houve muitas diligências, houve muito diálogo com o Conselho de Administração, nomeadamente que teve toda a abertura para que isto viesse a acontecer, mas houve dificuldades e houve um tempo ainda considerável para se conseguir reunir as condições que permitissem a instalação do Farol. Mas o que importa é que está a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

decorrer, é uma realidade e nestas coisas gasta-se muito tempo, muitas vezes quem está lá fora, quem não acompanha o trabalho interno por vezes não compreende e nós entendemos que não compreenda, porque aquilo parece fácil, muitas vezes tem graus de dificuldade que à partida não se conta com eles e poderiam até ser situações mais agilizadas.-----

Os barracões dos TST, tem a ver com a obra do Metro, a seu tempo sairão dali, mas de facto decorre também da obra do Metro e a seu tempo sairão.-----

Esta questão junto à Lemauto, isto está registado, está considerado, não temos neste momento aqui informação para dar sobre quando a tal escada provisória, foi a questão que aqui foi colocada em determinado momento, mas foi considerada, foi dito para se fazer. Há muita coisa, as pequenas coisas são muitas, são gigantescas e digam também as Freguesias que têm uma intervenção limitada, mas que também sabem o que é a pequena coisinha do quotidiano.-----

Nós temos semáforos inteligentes que estão a ser progressivamente instalados, há alguns pontos onde ainda não se chegou e naturalmente temos que ter as soluções. Às vezes não parecem muito canónicas, mas as soluções adequadas numa fase transitória. Portanto, enquanto não temos a instalação do semáforo definitivo, do chamado semáforo inteligente é preciso que se acautelem questões de segurança e naturalmente que todos nós temos o nosso ponto de vista. Não somos técnicos de todas as matérias, somos cidadãos e também olhamos e nos questionamos sobre o que vemos, mas há razões técnicas também para que esta ou aquela situação seja tratada da forma como está, embora transitoriamente.-----

Baixo-Tejo, o Sr. Ministro tinha anunciado que em Abril arrancaria a obra. Estamos na expectativa, não tenho informação. Portanto esta opinião sobre o corredor do Centro Sul fica aqui o registo, pode-se depois com os técnicos do trânsito colocar a questão.-----

Sobre as periferias da Aroeira, estamos a avançar, temos os protocolos feitos, estamos a executá-los, temos os projectos concluídos, temos outros em fase de conclusão e portanto haverá alguma obra que avançará. Neste momento não temos aqui indicação de quando é que se prevê que por via destes protocolos a execução avance, mas em concreto o que pode dizer é que há um trabalho muito interessante a partir da estratégia que foi delineada para esta área com as Comissões, os Proprietários, etc., a Câmara assumiu os projectos, os projectos são de muito boa qualidade e consideram-no nomeadamente em todo aquele território que é muito plano e muito agradável um conjunto também de ciclovias paralelas aos próprios arruamentos. Penso que estamos a andar bem, mas as coisas têm naturalmente também o seu tempo de execução ao nível do projecto e de muitas outras fases do processo respectivo. É o que se me ocorre referir a propósito das questões colocadas."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 7 – Considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se no dia 29 de Abril a segunda reunião.-----
- 8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----
- 8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----
- 9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal); Sr.ª Sandra Carvalho (Agência Lusa); Sr. Fernando Fitas e o Sr. João Nunes (Noticias de Almada) e de setenta e nove Srs. Munícipes.-----
- 10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Carlos Manuel Coelho Revés; António Francisco Salgueiro António Pedro Roque da Visitação Oliveira.-----
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H45 do dia 29 de Abril de 2009.-----
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____